



**Transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira:
Estudo empírico**

Tomásia Inês Moniz de Ornelas

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Porto – 2018

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



**Transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira:
estudo empírico**

Tomásia Inês Moniz de Ornelas

**Dissertação de Mestrado
apresentado ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto para
a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob
orientação de Dra. Prof. Ana Maria Bandeira e Dra. Prof. Deolinda Meira**

Esta versão contém as críticas e sugestões do júri.

Porto – 2018

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo

Por imposição legal, as Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) necessitam de reforçar as exigências da transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam. As contas do exercício destas instituições obedecem ao regime da normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo, devendo ser publicadas obrigatoriamente no seu sítio institucional eletrónico até ao dia 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito (art.º 14.º-A do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro)

O objetivo principal deste trabalho é o de analisar qual o nível de transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira.

Para o efeito realizou-se um estudo empírico, tendo como população-alvo oitenta e cinco entidades, registadas naquela região e com o estatuto de IPSS.

Metodologicamente, conjugaram-se dois métodos de investigação, o método quantitativo e o método qualitativo

Os resultados mostraram que existem entidades que, mesmo tendo site, continuam a não publicar os seus relatórios de contas. É uma situação preocupante, uma vez que muitas das entidades não cumprem os requisitos legais impostos na última alteração do Estatuto das IPSS, com as penalizações daí decorrentes, nomeadamente a suspensão dos apoios do Estado e a impossibilidade de celebrar acordos de cooperação.

Palavras chave: Economia Social; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Transparência; Entidades do Sector Não Lucrativo; Região Autónoma da Madeira.

Abstract

By legal imposition, the Private Social Solidarity Institutions (IPSS) need to reinforce the demands of transparency regarding the activities they carry out and the resources they use. The accounts of the exercise of these institutions comply with the accounting standardization regime for Non Profit Entities and must be published on their institutional website by May 31 of the following year to which they relate (Article 14. Decree-Law no. 172-A / 2014, of November 14)

The main objective of this work is to analyze the level of transparency of IPSS in the Autonomous Region of Madeira.

For this purpose, an empirical study was conducted, having as target population eighty-five entities, registered in that region and with IPSS status.

Methodologically, two research methods were combined, the quantitative method and the qualitative method

The results showed that there are entities that, even though they have a website, still do not publish their account reports. This is a worrying situation, since many of the entities do not comply with the legal requirements imposed in the last amendment of the IPSS Statute, with the resulting penalties, namely the suspension of State support and the impossibility of concluding cooperation agreements.

Key words: Social Economy; Private Institutions of Social Solidarity; Transparency; Non-Profit Entities; Autonomous Region of Madeira.

Dedicatória

Ao meu Pai.

À minha Mãe.

Agradecimentos

O espaço limitado desta secção de agradecimentos não me permite agradecer a todas as pessoas que, ao longo do meu Mestrado em Contabilidade e Finanças, me ajudaram, direta ou indiretamente, a conseguir cumprir os meus objetivos e a realizar mais uma etapa da minha formação académica.

Ao longo desta difícil e trabalhosa aventura tive a sorte de ter ao meu lado um conjunto de pessoas às quais quero expressar a minha gratidão por todo o acompanhamento e contributo dado na elaboração desta dissertação de mestrado.

À Coordenadora do Mestrado em Contabilidade e Finanças, Professora Doutora Ana Maria Bandeira, agradeço a oportunidade e o privilégio que tive em frequentar este Mestrado que contribuiu e muito para o meu enriquecimento pessoal e profissional.

À Professora Doutora Ana Maria Bandeira, quero agradecer pela sua orientação e pelo seu apoio, pela sua imensa disponibilidade e pelos seus conselhos, fruto da sua imensa experiência académica e profissional.

À Professora Doutora Deolinda Meira, o meu sincero agradecimento pela coorientação neste Projeto. Muito obrigada pelo seu profissionalismo e também pela total disponibilidade que sempre revelou para comigo.

À Minha Família, particularmente ao meu pai, que apesar de já não estar entre nós, eu sei que esteve sempre a olhar por mim e que está orgulhoso pela mulher que sou hoje. À minha mãe que foi o meu apoio incondicional e que muita força me deu para conseguir atingir os meus objetivos e espero que estejas muito orgulhosa, à minha irmã pela paciência e tolerância destes últimos anos e por fim, aos meus tios, a quem agradeço todo o apoio, carinho e motivação. Um enorme obrigada a todos vós por acreditarem sempre em mim e naquilo que faço e por todos os ensinamentos de vida.

Ao Meu Namorado, o Nuno Caldeira, um agradecimento muito especial, pelo apoio e carinho diário, pelas palavras doces, de ânimo e encorajamento e pela transmissão de confiança e de força em todos os momentos. Por tudo, a minha enorme gratidão!

Às Minhas Amigas, vocês sabem quem são, vocês estiveram sempre do meu lado a dar-me força para conseguir atingir este meu grande objetivo, obrigada por tudo, obrigada por todos os bons (e menos bons) momentos que passamos juntas, vocês sabem a importância que têm para mim.

É a vocês que eu dedico este trabalho, vocês foram e são sempre os meus pilares e sem vocês isto não seria possível. Espero um dia conseguir retribuir e compensar por todo o carinho, apoio e dedicação que vocês sempre me ofereceram.

Por fim, e não menos importantes, quero agradecer aos meus dois colegas do mestrado, que já me acompanham desde a licenciatura, a Luciana e o Carlos. Apenas nós sabemos o quão difícil foram estes últimos anos no Porto, uma grande aventura. Agradeço a vossa paciência, vossa ajuda e o vosso apoio.

E, também quero deixar um grande agradecimento às minha colegas de “casa” da residência Gustavo Gonçalves e Sousa, que foram uma grande companhia quando estive o último ano a viver na residência, obrigada pelos bons momentos passados na residência, que vou guardar e recordar muitas vezes.

A todos, o meu profundo e sincero obrigado!

Lista de Siglas e Abreviaturas

Lista de Siglas

ACFA – Associações com Fins Altruísticos

BADF – Bases de Apresentação de Demonstrações Financeiras

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

CC – Código de Contas

CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CRP - Constituição da República Portuguesa

ESNL - Entidades do Setor Não Lucrativo

ETC – Emprego Remunerado

FBC – Formação Bruta de Capital

IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT - Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

IRC – Rendimento das Pessoas Coletivas

IS - Imposto do Selo

ISV - Imposto sobre Veículos

IUC - Imposto Único de Circulação

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

LBES - Lei de Bases da Economia Social

MDF – Modelos de Demonstrações Financeiras

NCRF – ESNL – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo

NI – Normas Interpretativas

PCIPSS - Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social

PCUP - Pessoas Coletivas de Utilidade Pública

POC - Plano Oficial de Contabilidade

RAM – Região Autónoma da Madeira

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SS – Segurança Social

UIPSS – União das Instituições Privadas de Solidariedade Social

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Lista de Abreviaturas

art.^o – Artigo

etc. – *et cetera*

n.^o - Número

p. – Página(s)

Índice Geral

| | |
|---|------|
| Resumo | ii |
| Abstract | iii |
| Dedicatória | iv |
| Agradecimentos | v |
| Lista de Siglas e Abreviaturas | vii |
| Índice Geral | ix |
| Índice de Apêndices | xi |
| Índice de Anexos | xii |
| Índice de Figuras | xiii |
| Índice de Tabelas | xiv |
| Índice de Gráficos | xv |
| Introdução | 1 |
| 1.1) Apresentação e fundamentação da investigação | 2 |
| 1.2) Objetivo, metodologia e questões de investigação | 3 |
| 1.3) Estrutura do trabalho | 4 |
| Capítulo I – Enquadramento Jurídico e Contabilístico da Economia Social e das IPSS | 5 |
| A Economia Social | 6 |
| 2.1) Terceiro Setor ou Economia Social | 6 |
| 2.2) Instituições Particulares de Solidariedade Social | 11 |
| 2.2.1) Enquadramento Jurídico | 12 |
| 2.2.2) As exigências legais em termos de transparência | 16 |
| 2.2.3) Regime Contabilístico das IPSS | 17 |
| 2.2.4) Cooperação com o Estado | 21 |
| 2.3) O peso da Economia Social e das IPSS na Economia Portuguesa | 24 |
| 2.3.1) A Dimensão da Economia Social | 24 |

| | |
|---|-----------|
| 2.3.2) A Dimensão das IPSS | 27 |
| Capítulo II – Estudo Empírico | 29 |
| Estudo de caso: o nível transparência das IPSS na RAM..... | 30 |
| 3.1) Objetivo do estudo..... | 30 |
| 3.2) Metodologia do estudo | 30 |
| 3.3) Questões de Investigação do estudo | 31 |
| 3.4) Participantes do estudo | 31 |
| 3.5) Opções e procedimentos metodológicos | 32 |
| 3.6) Apresentação dos dados e Discussão dos Resultados..... | 33 |
| Conclusão | 43 |
| 4.1) Principais Conclusões | 44 |
| 4.2) Limitações do Estudo | 45 |
| 4.3) Perspetivas de trabalhos futuros..... | 45 |
| Referências Bibliográficas | 47 |
| 5.1) Bibliografia..... | 48 |
| 5.2) Legislação | 51 |
| Anexos..... | 53 |
| Apêndices | 68 |

Índice de Apêndices

| | |
|---|-----|
| Apêndice 1 – Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Autónoma da Madeira (Concelho, Forma Jurídica e Setor de Atividade) | 69 |
| Apêndice 2 - Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Autónoma da Madeira (Apresentam sítio institucional eletrónico?, Apresentam o seu Relatório de Contas? e Que tipo de contas apresentam?) | 80 |
| Apêndice 3 - Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Autónoma da Madeira (Nº de anos que apresentam as contas, Total do fundo próprio, Total de Ativo e Tipo de normativo contabilístico) | 91 |
| Apêndice 4 - Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Autónoma da Madeira (Nº de trabalhadores, Nº de Voluntários e Nº de Utentes) | 102 |

Índice de Anexos

| | |
|--|----|
| Anexo 1 – Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Autónoma da Madeira..... | 54 |
|--|----|

Índice de Figuras

| | |
|---|-----------|
| Figura 1 – Grupos de entidades | 25 |
| Figura 2 – Principais Indicadores da Economia Social na Economia Nacional..... | 26 |
| Figura 3 – Análise comparativa dos pesos da Economia Nacional do VAB e do emprego da Economia Social | 26 |
| Figura 4 – As IPSS na Economia Social | 28 |
| Figura 5 – Número de IPSS por concelhos da RAM | 33 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Características ideais dos três setores de atividade | 7 |
| Tabela 2 – Benefícios fiscais das IPSS | 15 |
| Tabela 3 – Resumo das normas contabilísticas aplicadas as ESNL..... | 20 |
| Tabela 4 – Setor de Atividades onde as IPSS atuam na RAM..... | 36 |

Índice de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Forma Jurídica de como as IPSS estão registadas na RAM..... | 34 |
| Gráfico 2 – Percentagem de IPSS com sítio institucional eletrónico na RAM..... | 37 |
| Gráfico 4 – Percentagem das IPSS que possuem um sítio institucional eletrónico e que publicam as contas nesse mesmo sítio..... | 38 |
| Gráfico 3 – Percentagem de IPSS que publicam as suas contas no seu sítio institucional eletrónico..... | 38 |
| Gráfico 5 – Qual o normativo contabilístico que as IPSS utilizam? | 39 |
| Gráfico 6 – Qual o tipo de contas que as IPSS publicam no seu sítio institucional eletrónico? | 40 |
| Gráfico 7 – O número de anos que publicam as contas..... | 41 |

Introdução

Introdução

1.1) Apresentação e fundamentação da investigação

Em Portugal nos últimos tempos tem-se assistido ao desenvolvimento em grande escala do sector social, através de várias iniciativas, nomeadamente sob a forma de Instituições que contribuem, como aliadas decisivas do Estado, para a geração de uma maior oferta social, em muitos casos a um custo inferior ao praticado pelo Estado.

De entre as entidades que integram o setor da economia social, neste estudo destacaremos aquelas que, o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 120/2015, de 30 de junho enquadra no “*sector social e solidário*” e que correspondem ao conjunto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, ou legalmente equiparadas, definidas no artigo 1.º do Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) (Ornelas, Bandeira & Meira, 2017).

As IPSS foram durante muito tempo quem deu (e ainda dá) a mão, o colo e de comer à população mais desfavorecida, sendo nos dias de hoje um pilar fundamental na origem das políticas sociais a que o Estado está obrigado (Oliveira, 2018).

De acordo com Oliveira (2018), as IPSS nascidas da sociedade civil já contam com séculos de história e não é preciso recorrer apenas ao exemplo das Misericórdias. A origem das instituições resultou da vontade da população ou dos benfeitores em encontrar uma forma de ajudar os desfavorecidos da vida, esta história já conta com mais de 100 anos.

Se antes do 25 de Abril de 1974 o seu enquadramento jurídico era feito através do Código Administrativo e do Estatuto da Saúde e Assistência (Lei n.º 2120, de 19 de julho de 1963), com o começo da Democracia este universo, que acabaria por crescer exponencialmente com os anos, foi sendo modelado e baseado em diversa e sucessiva legislação.

A começar pela Constituição da República, logo na primeira redação, de 1976, que no seu art.º 63.º, depois de reconhecer que “*todos têm direito à segurança social*”, acrescenta no ponto n.º 3 que “*a organização do sistema de segurança social não prejudicará a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas, que serão permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado*”.

E isto aconteceu por imposição da realidade, uma vez que havia já um vasto rol de instituições à margem do Estado que desenvolvia ação social, num tempo em que o Estado era bastante omissivo (Oliveira, 2018).

Três anos depois, o Ministério dos Assuntos Sociais procede a criação do Decreto-Lei n.º 159-G2/79, que aprova e publica o estatuto das, então ainda chamadas de Instituições Privadas de Solidariedade Social.

A 15 de janeiro de 1981 nasce a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), à altura ainda denominada UIPSS (União das Instituições Privadas de Solidariedade Social).

Passado quatro anos após a criação do Decreto-Lei n.º 159-G2/79, este diploma seria revogado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, onde aprovou o estatuto das IPSS, e mais tarde recebeu em 2014, a quinta e a última alteração, através do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, que hoje se encontra em vigor.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que veio a aprovar o regime da normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e que faz parte do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), formularam regras contabilísticas próprias, adequáveis especificamente a estas entidades que a título principal, detêm atividades sem fins lucrativos e que não podem distribuir aos seus membros ou colaboradores qualquer ganho económico ou financeiro direto, especialmente associações, pessoas coletivas públicas de tipo associativo, fundações, clubes, federações e confederações (Teixeira, 2014).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, art.º 14.º-A, as contas do exercício das IPSS cumprem com o regime da normalização contabilística para as ESNL, por sua vez estas contas são publicadas obrigatoriamente no seu sítio institucional eletrónico até ao dia 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito. Por consequente, as entidades estão perante um problema, pois necessitam de reforçar as exigências da transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam (Ornelas *et al.*, 2017).

1.2) Objetivo, metodologia e questões de investigação

O objetivo principal deste trabalho é realizar uma análise às IPSS em matéria de transparência e publicitação das contas, pois as suas obrigações foram alteradas nos seus Estatutos. Assim procedemos à averiguação de qual o nível de transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira (RAM). Para a realização deste estudo, focamo-nos nas oitenta e cinco entidades que têm Estatuto de IPSS e que estão registadas na RAM.

Para a obtenção dos resultados, são conjugados dois métodos de investigação: método quantitativo e método qualitativo (Ornelas *et al.*, 2017). O método quantitativo procede à identificação e apresentação dos dados a partir da amostra que é documentada, para, de seguida, realizar uma análise estatística, centrada nas hipóteses formuladas. O método qualitativo tem como finalidade desenvolver conceitos e descrever realidades, para isso utiliza as entrevistas, a observação direta e está atento ao contexto.

Com base nesta metodologia, vamos responder as seguintes questões de investigação:

- Q1.** As IPSS da RAM têm sítio institucional eletrónico?
- Q2.** As IPSS da RAM publicam as suas contas nesse sítio institucional eletrónico?
- Q3.** Quais os tipos de contas que publicam?
- Q4.** Há quanto tempo é que publicam?

1.3) Estrutura do trabalho

A estrutura desta dissertação está organizada em dois capítulos, o primeiro dedicado ao estado da arte e o segundo dedicado ao estudo empírico.

Por sua vez, o estado da arte divide-se em dois subcapítulos. Depois de fazermos a devida introdução ao estudo, começamos por dar a entender qual a situação atual em termos científicos sobre o Terceiro Setor ou a Economia Social, bem como sobre as Instituições Particulares de Solidariedade Social. Será feito um enquadramento jurídico de ambas as áreas de investigação, com particular destaque para as obrigações legais em matéria de sobre qual o regime contabilístico que as IPSS adotam e, por fim, é dado a conhecer a importância de cada uma delas para a economia portuguesa.

O estudo empírico divide-se em quatro partes, iniciando com a exposição dos objetivos. A segunda parte descreve quais foram as opções metodológicas seguidas na realização do estudo empírico, exemplificando-se quais os instrumentos e procedimentos utilizados para a obtenção dos resultados. Em seguida são apresentadas as questões de investigação que procuram responder ao objetivo inicialmente referido. Numa terceira parte será apresentada a população-alvo desta investigação. Na quarta e última parte caracteriza-se a amostra e os dados, onde se apresenta e se discutem os resultados obtidos do estudo empírico.

Finalmente, a dissertação destaca as principais conclusões, bem como as limitações do trabalho e algumas sugestões para futura investigação.

Capítulo I – Enquadramento Jurídico e Contabilístico da Economia Social e das IPSS

A Economia Social

O presente capítulo tem como finalidade refletir sobre o nível de transparência das entidades do setor da Economia Social, em especial das IPSS.

Para o efeito, proceder-se-á ao enquadramento jurídico e contabilístico destas entidades, bem como uma reflexão quanto à importância de cada uma delas para a economia portuguesa.

2.1) Terceiro Setor ou Economia Social

Conforme o art.º 82.º da Constituição da República Portuguesa (CRP, 2005), a economia portuguesa é composta por três grandes setores:

- O 1º Setor, designado por Setor Público (Estado/Governo), que de acordo com a alínea n.º 2 deste mesmo artigo, este setor é composto pelos meios de produção cuja propriedade e gestão pertencem ao Estado ou a Entidades Públicas;
- O 2º Setor, designado por Setor Privado (Entidades privadas), que de acordo com a alínea n.º 3, é constituído pelos meios de produção cuja propriedade ou gestão pertence a pessoas singulares ou coletivas privadas; e,
- Por último, o 3º Setor, designado por Setor da Iniciativa privada/ Fins públicos, ou seja, o Terceiro Setor que de acordo com a alínea nº 4, este setor abrange os meios de produção detidos e geridos por cooperativas, comunitários, objetos de exploração por trabalhadores e detidos e geridos por pessoas coletivas, sem carácter lucrativo, tendo como objetivo principal a solidariedade social.

Segundo Waddell (2002, p. 42), as características ideais dos três setores de atividade são as que constam na seguinte tabela.

Tabela 1 – Características ideais dos três setores de atividade

| | Setor Privado | Setor Público | Terceiro Setor |
|---------------------------|-----------------------------|----------------------|-------------------------|
| <i>Interesse primário</i> | Económico | Político | Social |
| <i>Sistema de poder</i> | Remunerativo | Coercivo | Normativo |
| <i>Objetivos</i> | Criação de riqueza | Ordem social | Expressão de valores |
| <i>Competências</i> | Produção de bens e serviços | Imposição de padrões | Mobilização comunitária |
| <i>Recursos</i> | Capital Financeiro | Lei/política | Energia voluntária |
| <i>Deficiências</i> | Visão de longo prazo | Rigidez | Fragmentação |

Fonte: Adaptado de Waddell (2002)

Por sua vez o Terceiro Setor tem tido outras denominações, tais como, “Setor Não Lucrativo”, “Setor Sem Fins Lucrativos”, “Economia Social”, “Economia Solidária”, “Organizações Não Governamentais” ou “Organizações da Sociedade Civil” (Carvalho, 2006, p.17). Conforme referido por Andrade e Franco (2007), a designação deste setor é de grande importância uma vez que existindo diversos conceitos não há uma clareza quanto ao seu significado.

O aparecimento da terminologia “Economia Social” surge pela primeira vez na Europa, mais especificamente em França, no século XIX. A sua origem é geralmente atribuída a Charles Gide (1847-1932), que perspetiva este setor como um ramo da ciência económica e integra três vetores: movimentos cooperativos, mutualistas e associativos, com vista a melhorar as condições de vida da classe trabalhadora, criando os primeiros princípios de ação redistributiva do Estado e as iniciativas solidárias por parte do próprio patrão (Soares, Fialho, Chau, Gageiro & Pestana, 2012; Quintão, 2004).

De acordo com Ferreira (2005), a economia social aparece como um sector emergente cada vez mais importante porque consegue gerar auxílios, produzindo bens e prestando serviços em diversas áreas sociais, tanto a nível local, regional, nacional e internacional, construindo o bem-estar na sociedade.

Nesta linha de seguimento, Quintão (2004) afirma que a importância do Terceiro Setor pode ser observada em vários domínios:

- Do ponto vista económico, este setor produz bens e serviços em inúmeras áreas de atividade económica como os serviços sociais, de saúde, de ambiente, de cultura, de educação e *etc.*, e dinamiza novas áreas de atividade, novos produtos, novos mercados, dando resposta às necessidades sociais não satisfeitas pelos outros setores;
- No que respeita ao emprego e na luta contra o desemprego, o setor tem a possibilidade de gerar emprego, ou seja, é um setor empregador, e algumas dessas organizações dedicam-se à formação e à inclusão socioprofissional, particularmente dos públicos desfavorecidos;
- Da luta contra a exclusão social e do potencial para a construção do modelo social europeu, uma vez que o Terceiro Setor surgiu devido ao aumento de problemas de pobreza e exclusão social, criou respostas à satisfação das necessidades sociais bem como novas soluções institucionais que materializam formas de organização económica mais singulares, democráticas e participativas e que rejeitam a divisão entre a economia e o social; e,
- E, por fim, os projetos económicos e sociais opcionais à economia de mercado, criando novas formas institucionais e novas formas de trabalho em rede e parceria autónomas do Setor Público e do Setor Privado.

Como consequência da crise mundial, o aumento do desemprego, a redução de salários e a exclusão social, geram um agravamento nas condições de vida da população e, por essa razão, atualmente, é dada maior relevância à Economia Social (Silva, 2010).

Segundo Quintão (2011), a Economia Social preenche algumas das falhas existentes nas necessidades uma vez que os outros sectores não conseguem dar resposta. Por sua vez, surge com maior acuidade, pois os seus objetivos principais são a eliminação da pobreza e da exclusão social através das suas intervenções/respostas dadas. Estas podem assumir quer a função de entidade geradora de crescimento económico quer a função de entidade geradora de emprego. Assim, as organizações da Economia Social desempenham um papel chave na luta contra o desemprego e exclusão social (Pérez & Perdomo, 2010).

Além disso, e de acordo com Guerra e Ferreira (2014, p. 5), *“as organizações da Economia Social partilham três princípios: autonomia de gestão (independência do Estado e dos poderes políticos); gestão democrática (poder de decisão repartida pelos membros); e, uma dimensão lucrativa limitada pois o seu objetivo não é o lucro em si mesmo, mas a satisfação de necessidade”*.

A Economia Social agrupa todas as condições para poder ajustar tanto a rentabilidade, como a inserção social e os sistemas de governação democráticos, trabalhando em conjunto com os setores público e privado na prestação de serviços apropriados às necessidades (Monzón & Chaves, 2012).

Em Portugal, presenciou-se à consolidação do conceito de Economia Social (Meira, 2013), através da publicação da Lei de Bases da Economia Social (LBES), Lei n.º 30/2013 de 8 de maio. Esta lei vem dar corpo aos desejos deste setor, responsabiliza os poderes públicos, fomenta a democratização da economia, incentivando as energias dos atores e dos parceiros da Economia Social para o desenvolvimento estável e sustentado do desenvolvimento das comunidades locais e das boas práticas do investimento e do consumo responsável (CNES, 2013).

Assim, nos termos do n.º 1 do art.º 2.º da LBES, entende-se por Economia Social o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo por entidades referidas no art.º 4º da LBES. As entidades referidas são, “a) Cooperativas; b) Associações mutualistas; c) Misericórdias; d) Fundações; e) Instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) Associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) Entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da CRP no setor cooperativo e social; h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social, previstos no art.º 5.º da LBES, e que constem da base de dados da economia social”.

Conforme Franco, Sokolowski, Hairel e Salamon (2006), estas entidades desempenham sobretudo atividades de serviço sociais não lucrativos, tais como:

- Proporcionar o bem-estar na infância - adoção, centros de desenvolvimento infantil, creches e jardins-de-infância;
- Serviços à juventude – prevenção da delinquência, prevenção da gravidez na adolescência, prevenção do abandono escolar, centros e clubes para a juventude, programas de emprego para a juventude;
- Serviço às famílias;
- Serviço a deficientes; e,
- Serviço a idosos.

Há também, visivelmente um menor envolvimento destas organizações em atividades de expressão¹, uma vez que estas entidades são de menor número em Portugal, mas sobretudo pela menor percentagem de trabalhadores remunerados e de voluntários nas mesmas (Franco *et al.*, 2006).

¹ Que incluem participação cívica e advocacia; artes; cultura e lazer; proteção ambiental e associações empresariais, sindicais e profissionais (Franco *et al.*, 2006).

O Terceiro Setor é definido como “*um setor privado não voltado à procura do lucro, que atua na esfera do público, não vinculado ao Estado*” (Falconer, 1999, p. 22). É de referir também que as entidades deste setor não podem distribuir qualquer ganho económico ou financeiro aos seus membros ou contribuintes, isto é, todo o lucro que exista tem de ser reinvestido nos seus objetivos de interesse público (Marcelo, 2012).

De acordo com Andrade e Franco (2007), o que distingue este setor dos demais setores é a componente voluntária da mão-de-obra, pelo que podemos afirmar que estas entidades estão muitas das vezes dependentes de voluntários e será óbvio que as motivações dos mesmos sejam diferentes das motivações da mão-de-obra remunerada.

Assim, estas entidades não poderiam existir sem o voluntariado, porque muitas vezes o trabalho que realizam em todo o mundo diz respeito a prestações de serviços que as empresas lucrativas não estariam dispostas a realizar pela sua falta de rentabilidade (Pérez & Perdomo, 2006).

Em 2013, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) conjuntamente com o Instituto Nacional de Estatística (INE), desenvolveram um trabalho no qual apontaram as principais características das entidades da Economia Social:

- São entidades privadas;
- Têm personalidade jurídica;
- Têm autonomia de decisão;
- Têm liberdade de adesão;
- Os benefícios ou excedentes são distribuídos em proporção da atividade (e não do capital) que os membros realizam;
- A atividade económica desenvolvida visa a satisfação de necessidades de pessoas e famílias; e,
- São organizações democráticas e de utilidade pública.

2.2) Instituições Particulares de Solidariedade Social

Perante a crise económica, as economias necessitam de ser equilibradas, o que implica que o Estado assuma as suas funções no domínio da promoção do desenvolvimento económico, do combate ao desemprego e da promoção do pleno emprego, da redistribuição do rendimento e da segurança social (Keynes, 1936).

Atualmente, o que se verifica é que o Estado não executa muitas das suas competências para contrariar o aumento da pobreza e da exclusão social, tendo que ser o setor da Economia Social, por intermédio das IPSS e de outras entidades, a resolver os problemas sociais e de outra natureza, para que estas não aumentem (Ornelas *et al.*, 2017).

Na maioria dos casos, o Estado fá-lo mediante uma relação de parceria com estas entidades do setor da Economia Social, podendo falar-se a este propósito de verdadeiras parcerias público-sociais.

Por sua vez, e de acordo com Romão (2002), as IPSS desempenham um papel relevante ao preencherem algumas lacunas do Estado no que diz respeito às respostas sociais, pois estão mais bem-adaptadas às necessidades concretas da população do que as respostas estatais.

Assim, as IPSS são uma das entidades que integra a Economia Social, com vista o exercício da ação social, a prevenção de situações de carência, exclusão social ou qualquer tipo de marginalização e, por outro lado, promovem a integração comunitária e desenvolvem atividades de apoio à família, juventude, terceira idade, população deficiente e a toda a população necessitada.

As IPSS atuam em vários domínios da Segurança Social, da Proteção na Saúde, da Educação e da Habitação (Lucas & Pereira, 2009).

Relativamente na área da Segurança Social, as IPSS preocupam-se em apoiar as crianças e os jovens, as famílias e a integrar a população na comunidade social. E, ainda protegem os cidadãos na velhice e na invalidez bem como em todas as situações de carência ou diminuição dos meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho (Lucas *et al.*, 2009).

No que diz respeito a Educação, as IPSS atuam no sentido de garantir educação e formação profissional aos cidadãos que pertencem a esta comunidade (Lucas *et al.*, 2009).

No âmbito da Proteção na Saúde, as entidades têm a necessidade de prestar cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação, desenvolvendo assim a promoção e proteção da saúde na população (Lucas *et al.*, 2009).

Por fim, na área da Proteção da Habitação, preocupam-se em resolver problemas sobre a habitação das famílias (Lucas *et al.*, 2009).

O problema da sustentabilidade económica das IPSS tem a ver com a natureza económica dos bens e serviços que são produzidos aquando do cumprimento da sua missão.

Esses bens e serviços que são produzidos para os utentes, não podem ser pagos ao seu preço de custo, pelo que as IPSS necessitam de angariar fundos que lhe permitam cobrir a diferença entre o que podem receber e o que têm que suportar.

Os utentes não conseguem pagar o preço de custo e assim as instituições estão também a produzir um bem e serviço que é público, contribuindo para uma maior coesão social através das atividades realizadas pela instituição.

Se os cidadãos contribuíssem, voluntariamente, em dinheiro e com outros recursos para financiar as IPSS, nesse caso o problema da sustentabilidade estaria resolvido. Mas apenas algumas pessoas é que conseguem fazer isso, enquanto outros aproveitam-se do facto de os bens e serviços serem públicos, não contribuindo em nada para as atividades das IPSS.

A este problema nós chamamos de “*free rider*”, ocorre quando os cidadãos beneficiam de recursos públicos resultando numa subprovisão desses mesmos recursos.

O cofinanciamento que recebem do Estado é realizado através da concessão de apoios, mediante acordos de cooperação que consegue ajudar a cobrir esta diferença, mas não é o suficiente (Oliveira, 2016).

2.2.1) Enquadramento Jurídico

Em 1979, pelo Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de dezembro, foi aprovado o Estatuto das IPSS, então chamadas Instituições Privadas de Solidariedade Social. Mais tarde, realizou-se uma revisão deste estatuto pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, alterando a sua designação para Instituições Particulares de Solidariedade Social (Teixeira, 2014). Entretanto, este estatuto sofre uma nova revisão pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho.

Estas instituições, além de se encontrarem abrangidas por um estatuto especial, também são especialmente mencionadas na Constituição da República Portuguesa. Encontram-se referidas na secção relativamente à Segurança Social, nomeadamente no art.º 63.º, sendo referido que o Estado apoia e fiscaliza o funcionamento destas organizações na prossecução dos objetivos de solidariedade social constitucionalmente consagrados (art.º 63.º n.º 5).

Conforme Meira (2013) explica, a expressão “*O Estado apoia*” significa que as entidades irão beneficiar de um apoio público para que as mesmas consigam prosseguir os seus fins sociais, surgindo como parceiros do Estado Social. Estas entidades cooperam com o Estado na garantia de um mínimo vital de direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos (Ornelas *et al.*, 2017).

De acordo com o art.º 1.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, *“são instituições particulares de solidariedade social as constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:*

- *Apoio a crianças e jovens;*
- *Apoio à família;*
- *Apoio à integração social e comunitária;*
- *Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;*
- *Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;*
- *Educação e formação profissional dos cidadãos;*
- *Resolução dos problemas habitacionais das populações.”*

Mas com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho e de acordo com o art.º 1.º, as IPSS passam a ter a seguinte definição: *“são instituições particulares de solidariedade social, adiante designadas apenas por instituições, as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público”*.

As IPSS podem ser de natureza associativa ou de natureza fundacional. De acordo com Santos, Lima e Raimundo (2011), as de natureza associativa podem ser: as Associações de Solidariedade Social, as Associações Mutualistas ou de Socorros Mútuos, as Fundações de Solidariedade Social, as Irmandades da Misericórdia, e respetivas, Uniões, Federações e Confederações.

São de natureza fundacional: as Fundações de Solidariedade Social, os Centros Sociais Paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas, sujeitos ao regime das Fundações de Solidariedade Social.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro, as Pessoas Coletivas de Utilidade Pública (PCUP) são constituídas por *“associações ou fundações que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a Administração Central ou a Administração Local, em termos de merecerem da parte desta administração a declaração de “utilidade pública”*”.

Conforme os n.ºs 1 e 2 do art.º 4.º do Estatuto das PCUP, o processo de reconhecimento da “*utilidade pública*” compete ao Governo, através do pedido apresentado pela entidade interessada, sendo habitualmente a respetiva declaração apenas emitida ao fim de três anos de efetivo e funcionamento, salvo se especialmente dispensadas desse prazo em razão de circunstâncias excecionais.

Assim sendo, e de acordo com o art.º 8.º do Estatuto das IPSS, estas entidades adquirem automaticamente a natureza de PCUP. Ao obterem este estatuto, a estas instituições são impostos deveres e determinadas obrigações, tais como, a comunicação regular às entidades competentes, a cooperação com o Estado e com as autarquias locais na prestação de serviços e na concessão de instalações para a execução das atividades constantes do seu objeto social.

Portanto, e de acordo com Teixeira (2014), as IPSS, nos exercícios económicos seguintes a 2012, foram obrigadas a estarem inscritas na Segurança Social e como tal foram obrigadas a apresentar o Orçamento e Contas de IPSS.

As IPSS, conforme explica Alfaro (2003), “*merecem, por parte da lei, uma proteção relevante, através do estabelecimento de um regime fiscal privilegiado específico*”, pois este regime beneficiário, vertido nos normativos fiscais traduz-se em quatro instrumentos jurídicos, isto é, existem quatro tipos de categorias em que abrange os benefícios destas instituições, principalmente, nos regimes específicos de não tributação, nas isenções de impostos e redução de taxas, na atribuição de benefícios fiscais específicos e, por último, no regime de obrigações acessórias menos exigentes.

Conforme demonstra a tabela 2 abaixo, as IPSS, em Portugal, têm benefícios fiscais no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), no Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT), no Imposto do Selo (IS), no Imposto sobre Veículos (ISV), no Imposto Único de Circulação (IUC), na Consignação Fiscal, Contribuições para Sistemas de Segurança Social, Mecenato Social e Donativos, Isenções de taxas municipais, e por fim, Subsídios (Valga, 2010).

Tabela 2 – Benefícios fiscais das IPSS

| Benefício | Não Tributação | Isenção de Impostos e Redução de Taxa | Benefícios Fiscais | Obrigações Acessórias Menos Exigentes |
|------------------------------|-----------------------|--|---------------------------|--|
| IRC | X | X | | X |
| IVA | | | X | X |
| IMI | | X | X | |
| IMT | | X | | |
| IS | X | X | | |
| IV | | X | | |
| IUC | | X | | |
| Consignação Fiscal | | | X | |
| Taxa Segurança Social | | X | | |
| Donativos | | | X | |
| Taxas Municipais | | X | | |
| Subsídios | N/A | N/A | N/A | N/A |

N/A – não aplicável por não resultar de legislação fiscal

Fonte: Adaptado de Valga (2010)

Contudo, o legislador determina que estas entidades não possuem fins lucrativos, uma vez que a abordagem é colocada na prossecução de finalidades de solidariedade social, mas tal não significa que estas entidades não possam reforçar a sua capacidade de financiamento através do desenvolvimento de atividades de natureza lucrativa tal como a angariação de receitas que permite uma melhor prossecução dos seus objetivos (Lopes, 2009).

Os resultados conseguidos de todas estas atividades são revertidas em benefício dos colaboradores e as IPSS têm como principais fontes de financiamento as:

- quotas dos sócios;
- mensalidades dos utentes;
- participações da Segurança Social;
- rentabilização do património;
- prestação de outros serviços;
- realização de outras atividades lucrativas;
- donativos.

Conforme referido por Pérez e Perdomo (2010), as organizações da Economia Social podem desempenhar um papel chave na luta contra o desemprego e exclusão social. Para o desenvolvimento eficiente da sua atividade e para atingir os objetivos e cumprir a sua missão é preciso dispor de uma adequada informação contabilística, a qual não é só um mecanismo de controlo e verificação, mas também um instrumento de transparência da gestão realizada e da concretização dos objetivos inicialmente propostos.

2.2.2) As exigências legais em termos de transparência

Em nome do princípio da transparência, o Estatuto das IPSS, em virtude das alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, veio estabelecer um conjunto de regras de publicitação das contas (art.º 14.º-A, n.º 2), passando a exigir-se a publicitação obrigatória no sítio institucional eletrónico da instituição até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito. Tal significa que uma IPSS é obrigada a ter um sítio institucional eletrónico, que terá como função, entre outras, a publicitação das suas contas.

Efetivamente, este art.º 14.º-A, aditado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, que teve como início de vigência o dia 17 de novembro de 2014, dispõe, no seu n.º 1, que “*As contas do exercício das instituições obedecem ao Regime da Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo legalmente aplicável e são aprovadas pelos respetivos órgãos nos termos estatutários*”. Por sua vez, o n.º 2 estabelece que “*As contas do exercício são publicitadas obrigatoriamente no sítio institucional eletrónico da instituição até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito*”.

Nos termos do n.º 3 “*As contas devem ser apresentadas, dentro dos prazos estabelecidos, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade*”, cabendo ao órgão competente comunicar às instituições os resultados da verificação da legalidade das contas (n.º 4). Este órgão competente será o membro do Governo responsável pela área da Segurança Social, que terá a faculdade de delegação, em órgãos de organismos públicos especializados para o efeito, quando a natureza técnica das matérias o justifique (n.º 7 do art.º 14.º-A).

A falta de cumprimento destas obrigações tem consequências gravosas para a IPSS. De facto, o n.º 5 do art.º 14.º-A, determina que esse incumprimento poderá implicar que o órgão de administração seja chamado a apresentar um programa adequado ao restabelecimento da legalidade e do equilíbrio financeiro, a submeter à aprovação do órgão competente. Se este programa não for apresentado ou não for aprovado, o órgão competente pode requerer judicialmente a destituição do órgão de administração, (n.º 6).

Refira-se, ainda, que o art.º 34.º do Estatuto das IPSS, que trata da fiscalização destas entidades, consagra que *“O Estado, através dos seus órgãos e serviços competentes (...) exerce os poderes de inspeção, auditoria e fiscalização sobre as instituições incluídas no âmbito de aplicação do presente Estatuto, podendo para o efeito ordenar a realização de inquéritos, sindicâncias e inspeções”*. Estes poderes de fiscalização são exercidos pelos serviços competentes do ministério responsável pela área da segurança social.

O art.º 35.º trata da destituição dos órgãos de administração, ou seja, a remoção das suas funções. Tal poderá acontecer quando *“se verifique a prática reiterada de atos ou a omissão sistemática do cumprimento de deveres legais ou estatutários pelo órgão de administração que sejam prejudiciais aos interesses da instituição ou dos seus beneficiários, podem ser judicialmente destituídos os titulares dos órgãos de administração”*.

O membro do Governo responsável pela área da segurança social pode pedir judicialmente a destituição do órgão de administração se não forem apresentadas as *“contas do exercício, durante dois anos consecutivos e segundo os procedimentos definidos pelo art.º 14.º-A”* (art.º 35.º, n.º 2, al. d) do Estatuto das IPSS.

2.2.3) Regime Contabilístico das IPSS

As elaborações das contas das IPSS eram realizadas segundo instruções providas da Direcção-Geral da Assistência Social que, hoje não existe e que segundo o Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de março, revelaram-se insuficientes para a obtenção de informação de gestão completa e relevante (Teixeira, 2014).

Com o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (PCIPSS), aprovado através do Decreto-lei n.º 78/89, de 3 de março, as IPSS necessitaram de obedecer a determinadas normas para que as suas contas fossem apresentadas de acordo com os conceitos e procedimentos uniformes, aceites e praticados por todas as restantes entidades.

Refletia os princípios, a estrutura e os conceitos do Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela legislação subsequente, como por exemplo a sua adaptação à 4.ª Diretiva do Conselho das Comunidades Europeias (Teixeira, 2014).

O PCIPSS entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 1990, obrigatoriamente.

De acordo com Teixeira (2014), apesar do PCIPSS responder às questões e necessidades contabilísticas e financeiras, esta falhava na questão da harmonização contabilística, por comparação com outros países. Pois persistia a necessidade de um “*Sistema de Normalização Contabilístico*”, que além de responder a todas estas questões sem défices, também nos permitisse a comparação com os outros sistemas implementados pelos nossos parceiros, distribuídos pelo mundo atual, fornecendo a comparabilidade, a transparência, o rigor, a equidade e a segurança superior.

Com a atual conjuntura económica internacional, a Economia Social tem vindo a aumentar a sua importância. Desta forma, é importante conhecer qual o normativo contabilístico que é aplicado em Portugal.

No caso concreto das ESNL, surgiu a necessidade de encontrar formas mais eficientes e eficazes para gerir os recursos e assim dar resposta às necessidades sociais emergentes, por isso, estas entidades, em 2011, foram enquadradas num novo contexto legal (Soares, 2015).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que veio a aprovar o regime da normalização contabilística para as ESNL, e que faz parte do SNC, foram criadas regras contabilísticas próprias, que são aplicáveis especificamente a estas entidades que a título principal, detêm atividades sem fins lucrativos e que não possam redistribuir aos seus associados ou contribuintes qualquer lucro económico ou financeiro direto, particularmente as associações, pessoas coletivas públicas de tipo associativo, fundações, clubes, federações e confederações (Teixeira, 2014).

Conforme explica Teixeira (2014), esta criação de regras justifica-se por duas razões essenciais, *“pela razão da propagação pois estas entidades têm vindo a ser ainda mais conhecidas e do seu importante papel e peso que desempenham na nossa economia, o que justifica que se reforcem as exigências da transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam, bem como sobre os resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades. E, porque as entidades que integram o setor não lucrativo respondem a finalidades de interesse geral que ultrapassam a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços”*.

De acordo com a n.º 2.2 do anexo II, do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, as ESNL apresentam três características básicas e distintivas comparativamente às entidades com finalidades lucrativas, que devem ser refletidas e explicam o respetivo regime de normalização contabilística:

- *“O seu financiamento pode resultar do seu próprio património ou de recursos atribuídos por pessoas singulares ou coletivas; em caso algum os recursos atribuídos estão sujeitos ou condicionados a contraprestações derivadas da obtenção de benefícios por parte da entidade;*
- *Respondem a finalidades de interesse geral que transcendem a atividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços, o que se traduz numa interpretação não económica do conceito “benefício”;*

- *Ausência de títulos de propriedade-controlo que possam ser comprados, cedidos, trocados ou de que se espera algum tipo de contraprestação económica no caso de a entidade cessar as suas atividades e ser objeto de liquidação”.*

Conforme o n.º 1.2 do anexo II, do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases de Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Código de Contas (CC);
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL); e,
- Normas Interpretativas (NI).

As BADF apresentam requisitos que permitem assegurar a comparabilidade da informação entre exercícios anteriores, assim como, a comparabilidade entre entidades diferentes (Ornelas *et al.*, 2017). E, conforme é referido no art.º 11.º do mesmo Decreto-Lei, “as entidades sujeitas à normalização contabilística para as ESNL apresentam as seguintes demonstrações financeiras:

- *Balanço;*
- *Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções;*
- *Demonstração dos fluxos de caixa;*
- *Anexo”.*

O normativo contabilístico aplicado a este setor encontra-se regulado em diversos diplomas, conforme referido na seguinte tabela onde também podemos obter um resumo das normas contabilísticas aplicadas as ESNL.

Tabela 3 – Resumo das normas contabilísticas aplicadas as ESNL

| Diploma | Matéria |
|---|---|
| <p style="text-align: center;">BADF</p> <p>Âmbito, Finalidade e Componente (Decreto-Lei n.º 36-A/2011)</p> | <p>1. Quanto ao âmbito deve ser aplicada a todas as entidades que cumpram os requisitos sobre as ESNL;</p> <p>2. a) Permitir comparabilidade entre períodos e entre entidades;</p> <p>2. b) Satisfazer as necessidades dos utentes, fornecendo informação; e,</p> <p>3. As Demonstrações financeiras permitem uma apresentação estruturada da posição financeira e do desempenho do órgão de gestão.</p> |
| <p style="text-align: center;">MDF</p> <p>Conjunto das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 105/2011)</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Balanço; • Demonstração dos Resultados (por natureza ou por funções); • Demonstração dos Fluxos de Caixa; • Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais; • Anexo que divulgue as bases de preparação e políticas contabilísticas (ver ainda Portaria n.º 986/2009): • Continuidade; • Regime do Acréscimo; • Consistência de Apresentação; • Materialidade e Agregação; • Compensação; e, • Informação Comparativa. <p>Mapas para as entidades sujeitas ao Regime de Caixa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Paramentos e Recebimentos; • Património Fixo; e, <p>Direitos e Compromissos Futuros.</p> |

| | |
|---|--|
| <p style="text-align: center;">CC</p> <p>Aprovado, publicado por portaria do membro do governo responsável, pela área das Finanças (Portaria n.º 106/2011)</p> | <p>Quadro Síntese de Contas; Código de Contas, com especificidades das ESNL; e, Notas de Enquadramento às Contas Específicas das ESNL. O Código de Contas deve ser usado pelas instituições abrangidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na EU, nos termos do Regulamento do Conselho Europeu (CE) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de julho.</p> |
| <p style="text-align: center;">NCRF-ESNL</p> <p>Proposta pela CNC, publicado no Diário da República, através do Aviso a NCRF-ESNL (Aviso n.º 6726-B/2011)</p> | <p>Objetivos: define os principais aspetos do Reconhecimento, Mensuração e Divulgação.</p> |
| <p style="text-align: center;">NI</p> <p>Proposta pela CNC, publicado no Diário da República, através de Aviso, depois de aprovado, pelo responsável, pela área das Finanças (Aviso n.º 6726-B/2011)</p> | <p>Sempre que necessário são produzidas normas interpretativas para esclarecer e orientar determinado conteúdo da norma.</p> |

Fonte: Adaptado de Teixeira (2014), com base nas NCRF-ESNL

No anexo II, a que se refere o n.º 2 do art.º 1.º, do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, as ESNL necessitam de reforçar as exigências da transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam, sobretudo através da obrigação de prestarem informação confiável sobre a gestão dos recursos que lhes são confiados, bem como sobre os resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades (Ornelas *et al.*, 2017).

Com o novo estatuto das IPSS, previsto no Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, as contas do exercício destas instituições obedecem ao regime da normalização contabilística para as ESNL, devendo ser publicadas obrigatoriamente no sítio institucional eletrónico da instituição até ao dia 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito (art.º 14.º-A).

2.2.4) Cooperação com o Estado

A relação de cooperação entre o Estado e as IPSS tem vindo a construir-se e a ser renovado periodicamente (nos últimos tempos tem sido de dois em dois anos).

Conforme já foi referido anteriormente, o Estado apoia e fiscaliza as atividades e o funcionamento das IPSS (art.º 63º n.º 5, CRP), face a estes objetivos a ajuda do Estado é realizado através da concessão de apoios, mediante acordos de cooperação, o que está exposto no art.º 4.º-A no EIPSS.

No início da década de 80, pela primeira vez, foram definidas as normas reguladoras dos acordos de cooperação (Despachos Normativos 387/80 e 388/80), sendo depois alteradas através de um conjunto de diplomas, sendo elas o Despacho Normativo 12/88 e do Despacho Normativo 75/92, de 20 de maio, onde o Ministério do Emprego e Segurança Social estabeleceu as normas reguladoras de cooperação entre os Centros Regionais de Segurança Social e as IPSS.

As IPSS correspondem a uma ligação entre a cidadania com a solidariedade, exprimindo a capacidade da sociedade em se organizar coletivamente com o objetivo de combater a exclusão social e assim, trabalhando em parceria com o Estado (Oliveira, 2016). O relacionamento entre as duas partes estruturou-se da seguinte forma:

- O Estado fica com as funções de regulação e cofinanciamento das atividades das IPSS; e,
- As IPSS ficam com a responsabilidade de serem os principais produtores de serviços nas áreas do apoio à infância e à terceira idade e no apoio às pessoas portadoras de deficiência, privilegiando nessas atividades as pessoas de menores rendimentos.

De acordo com Pedro (2018), os princípios orientadores da relação entre o Estado e as IPSS são a subsidiariedade, proporcionalidade, solidariedade e a participação.

A finalidade da cooperação consiste na "*concessão de prestações sociais e baseia-se no reconhecimento e valorização, por parte do Estado, do contributo das instituições para a realização dos fins de ação social, enquanto organizada da sociedade civil*" (Despacho Normativo 75/92, Norma II).

A colaboração entre estas duas entidades pode assumir a forma de acordos de cooperação, de gestão e de protocolos ou convenções:

- Acordos de cooperação: visa a prestação de apoios para a realização de projetos e o desenvolvimento de uma resposta social destinada a ajudar as crianças e os jovens, as pessoas com deficiência e incapacidade, as pessoas idosas, da família e da comunidade;
- Acordos de gestão: prevê a transferência de um equipamento de natureza pública para a gestão de uma IPSS, prevê-se as obras que serão necessárias para esse mesmo equipamento e a situação dos profissionais que já exercem as suas funções no estabelecimento cuja gestão é transmitida;
- Protocolos: são modelos para que sejam desenvolvidos medidas e projetos sociais com carácter inovador, para a implementação de novos mecanismos de respostas sociais; ou,

- Convenções: visa a prestação de cuidados de saúde aos utentes do serviço nacional de saúde.

Este mesmo despacho (Despacho Normativo 75/92) ainda está em vigor, e afirma que as instituições têm como obrigação o cumprimento das cláusulas estipuladas tanto no acordo de cooperação como no Estatuto das IPSS. O incumprimento dos acordos poderá dar origem à aplicação de sanções de advertência, suspensão ou resolução do contrato.

2.3) O peso da Economia Social e das IPSS na Economia Portuguesa

2.3.1) A Dimensão da Economia Social

A Economia Social é considerada uma das abordagens inovadoras mais importantes na eliminação da pobreza e no relançamento das economias locais (Hosu, 2012). Na União Europeia, a Economia Social tem vindo a assumir uma crescente importância no apoio às populações e na dinamização do tecido económico.

No contexto da União Europeia, a Economia Social é fundamental tanto na perspetiva humana como na económica. A Economia Social emprega mais de 11 milhões de pessoas, o que equivale a 6,7% da população ativa (Comité Económico e Social Europeu, 2007). Garante emprego remunerado a mais de 14,5 milhões de pessoas, isto é, cerca de 6,5 % da população ativa da UE-27 (Monzón & Chaves, 2012).

Os mesmos autores, afirmam que com a investigação realizada pelo Comité Económico e Social Europeu sobre a Economia Social na União Europeia para o CIRIEC retiraram-se as seguintes conclusões:

- em 2009, existiam na UE-27 mais de 207 000 cooperativas economicamente ativas;
- estas cooperativas garantem trabalho direto a 4,7 milhões pessoas e contam com 108 milhões de filiados;
- as mutualidades na área da saúde e do bem-estar social prestam assistência a mais de 120 milhões de pessoas; e,
- em 2010, as associações empregavam 8,6 milhões de pessoas na UE-27 e representavam mais de 4% do PIB, sendo que os seus filiados agregam 50% dos cidadãos da UE.

A Economia Social compreende cerca de 10% do conjunto de empresas, um universo de 2 milhões de empresas, na sua maioria pequenas e microempresas, representando cerca de 6,45% do emprego total e 7,78% do emprego por outrem (CIRIEC, 2007).

Juntamente com Portugal, outros 15 países contribuíram para a produção de Contas Satélite da Economia Social, tornando possível a avaliação da dimensão do setor em Portugal, comparando-o com outros países (Salamon, Sokolowski, Haddock & Tice, 2012).

Portugal assume-se como um dos países onde a Economia Social está em crescimento, integrando o grupo de países europeus com “*maior aceitação do conceito de Economia Social*” a par da França, Itália, Espanha, Bélgica, Irlanda e Suécia (Soares *et al*, 2012).

Em 2016 foi publicada a Conta Satélite da Economia Social 2013, um projeto desenvolvido pelo INE em parceria com a CASES. Este projeto veio a atualizar informações estatísticas relativamente a este setor, comparativamente com o ano de 2010, demonstrando o peso do mesmo em Portugal.

No âmbito deste projeto, foram identificadas mais de 61 mil entidades, distribuídas por um conjunto diversificado de atividades, de entre as quais se destacavam a Cultura, desporto e recreio (50,7%) e seguindo-se a Ação e segurança social (15,6%). Por sua vez, a Ação e segurança social era a principal atividade económica, gerando 54,6% do emprego remunerado e 44,7% do VAB da Economia Social.

Numa análise por grupos de entidades da Economia Social, das cerca de 61 mil unidades consideradas, as Associações com Fins Altruísticos (ACFA) representavam 93,4% do total, sendo responsáveis por 61,0% do VAB, 64,8% do emprego remunerado (ETC) e 62,2% das remunerações. As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da Economia Social com maior peso relativo, em termos do número de unidades e de remunerações.

Figura 1 – Grupos de entidades

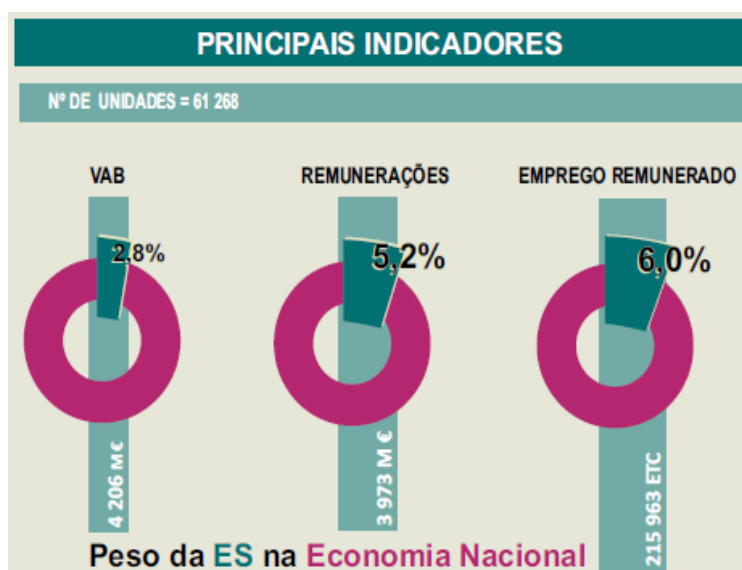
| GRUPOS DE ENTIDADES | | | |
|--|---------------|--------------|----------------|
| Cooperativas | 2 117 | 490 | 24 316 |
| Associações mutualistas | 111 | 352 | 4 896 |
| Misericórdias | 389 | 541 | 35 469 |
| Fundações | 578 | 251 | 10 871 |
| Associações com fins altruísticos | 57 196 | 2 566 | 140 050 |
| Subsetores comunitário e autogestionário | 877 | 6 | 361 |
| Total da ES | 61 268 | 4 206 | 215 963 |

Fonte: Conta Satélite da Economia Social 2013

Em 2013, a Economia Social representou 2,7% da produção nacional e 2,8% do VAB nacional, em relação às remunerações, o peso da Economia Social no total da Economia Nacional elevou-se de 4,6%, em 2010, para 5,2%, em 2013. Em linha com a evolução das remunerações, a importância relativa do emprego remunerado (ETC) aumentou de 5,5%, em 2010, para 6,0% do total do emprego remunerado total (ETC), em 2013.

Observou-se um aumento do peso da Formação Bruta de Capital (FBC) na Economia Nacional, passando de 3,2% em 2010 para 4,3% em 2013.

Figura 2 – Principais Indicadores da Economia Social na Economia Nacional

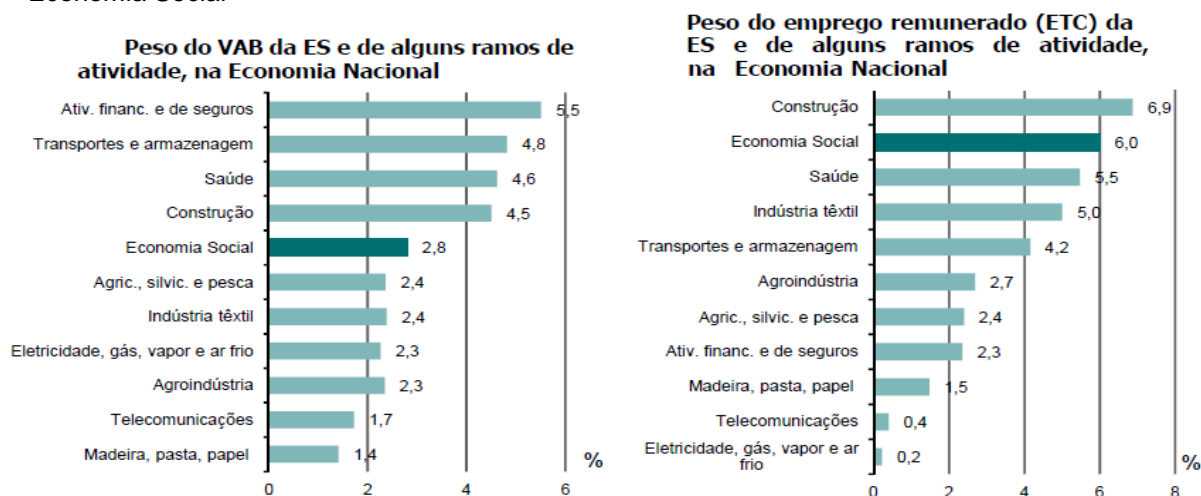


Fonte: Conta Satélite da Economia Social 2013

A análise comparativa dos pesos na Economia Nacional do VAB e do emprego da Economia Social com os de alguns ramos de atividade permite uma melhor visualização da sua importância relativa. Em 2013, o peso do VAB da Economia Social foi superior ao de ramos de atividade como a agricultura, silvicultura e pesca, a indústria têxtil, a agroindústria e as telecomunicações, entre outros.

Por sua vez, o peso do emprego remunerado (ETC) da ES no total da economia foi maior que em ramos de atividade tradicionalmente caracterizados pela utilização intensiva de trabalho, como, por exemplo, a indústria têxtil.

Figura 3 – Análise comparativa dos pesos da Economia Nacional do VAB e do emprego da Economia Social



Fonte: Conta Satélite da Economia Social 2013

Em conclusão, nos últimos anos, o setor da Economia Social, em Portugal, tem tido um desenvolvimento significativo, deste modo, a Economia Social é uma *“força nova e dinâmica construída pela vontade daqueles que nela participam, em se associarem livremente, para promoverem de maneira solidária um projeto social relacionado com a economia social”* (Coutinho, 2003).

2.3.2) A Dimensão das IPSS

Por fim, com os resultados obtidos da Conta Satélite da Economia Social, em 2013, no universo de mais 61 mil unidades da Economia Social, foram consideradas 5.584 entidades com o estatuto de IPSS ou equiparadas (cerca de 9% do total), sendo estas maioritariamente constituídas por ACFA (84,7%), seguindo-se as Misericórdias (6,9%), as Fundações (3,9%), as Cooperativas (2,4%) e as Associações Mutualistas (1,9%).

Em 2013, as IPSS desenvolveram as suas atividades sobretudo nas áreas da Ação e segurança social (76,4% do total de IPSS), destacando-se ainda os Cultos e as congregações (8,0%) e a Cultura, desporto e o recreio (6,4%).

No que respeita ao VAB das IPSS, a atividade dominante foi igualmente a Ação e segurança social (77,1%), seguida pelos Cultos e congregações (7,6%) e pela Saúde e bem-estar (6,5%), alterando-se ligeiramente a hierarquia face a distribuição do número de unidades.

Na estrutura do emprego remunerado das IPSS evidenciou-se, uma vez mais, o peso da Ação e segurança social (79,6%), seguindo-se os Cultos e congregações (7,7%) e a Saúde e bem-estar (5,5%).

Em 2013, as IPSS representaram 32,9% da produção, 43% do VAB, 44,1% das remunerações, 27,8% dos outros subsídios à produção e 60,4% do emprego remunerado (ETC) da Economia Social.

Em termos de respostas sociais em equipamentos, registados na RAM, por população-alvo, cerca de 85% desses equipamentos era destinado aos idosos (85 equipamentos), 23% destinado às famílias e às comunidades (31 equipamentos), e por último 13% dos equipamentos destinados às crianças e jovens (17 equipamentos) (Carta Social de Rede de Equipamentos e Serviços Sociais no âmbito da Segurança Social da RAM, 2013).

Figura 4 – As IPSS na Economia Social



Fonte: Conta Satélite da Economia Social 2013

Concluindo, e de acordo com Teixeira (2014, p. 25), “as IPSS têm um papel muito importante na economia portuguesa, seja pela quantidade de instituições envolvidas, seja pela colaboração que prestam a milhares de utentes, nas funções de família, velhice, doença, invalidez e exclusão social”.

Portanto, a minha motivação para a escrita da dissertação, surge para analisar se as IPSS estão a cumprir com as suas obrigações para que possam continuar a receber os apoios do Estado, essas obrigações surgiram após a alteração dos seus Estatutos.

Capítulo II – Estudo Empírico

Estudo de caso: o nível transparência das IPSS na RAM

Segundo Tuckman (2000), a investigação é uma tentativa organizada de atribuição de respostas às questões. As respostas podem obter um carácter tanto abstrato e geral como concreto e específico. Assim, o investigador adquire as suas respostas, através da interpretação dos dados que recolheu e analisou durante o processo de investigação.

Nesta secção apresentam-se as opções metodológicas seguidas na realização do estudo empírico, enquadrando os objetivos e as diversas questões de investigação, exemplifica-se quais os instrumentos e procedimentos utilizados para a obtenção dos resultados, terminando o capítulo com uma breve síntese.

3.1) Objetivo do estudo

Conforme apresentado na parte introdutória desta dissertação, a questão fundamental consiste em analisar se as IPSS estão a cumprir com as exigências legais decorrentes da recente alteração ao Estatuto que as enquadra (Ornelas *et al.*, 2017).

Para além do objetivo principal também foi identificado determinados subobjetivos, nomeadamente, a identificação da forma jurídica, do setor de atividade e do concelho das IPSS, identificamos também o valor do Fundo Social bem como o valor do total do Ativo, e por fim, a obtenção da informação do número de trabalhadores e dos voluntários.

3.2) Metodologia do estudo

Para atingir-se os objetivos referidos anteriormente, a metodologia de investigação a seguir é uma decisão bastante importante, porque para se obterem resultados e conclusões mais concretos é necessário selecionar-se o melhor método (Freitas, 2015).

Para este estudo, optou-se pela conjugação de dois métodos: o método quantitativo e o método qualitativo.

De acordo com Silva e Silva (2013), o uso de diferentes métodos poderá ser benéfico, pois pode contribuir para validar os resultados obtidos no estudo.

O método quantitativo é um método que prevê a elaboração de um plano de investigação onde são definidos os procedimentos e as finalidades da investigação (Carmo & Ferreira, 1998). O objetivo deste método é comprovar hipóteses, encontrar relações entre variáveis e realizar descrições com base nos elementos estatísticos obtidos (Bogdan & Biklen, 1994).

No método qualitativo, de acordo com os mesmos autores referidos anteriormente, a sua principal finalidade é descrever realidades múltiplas e desenvolver conceitos sensíveis e para este método utilizamos técnicas como a observação direta, tendo em atenção os significados e os contextos, entre outras (Almeida & Freire, 2003).

A seleção da metodologia de investigação a aplicar em qualquer estudo depende sempre do fenómeno a estudar (Ryan, Scapens, Theobald & Beattie, 2002).

3.3) Questões de Investigação do estudo

Ambiciona-se que esta dissertação contribua para uma maior perceção das exigências legais decorrentes da última alteração ao Estatuto das IPSS, acima expostas.

Assim, face ao exposto, são apresentadas as questões de investigação que procuram responder ao objetivo inicialmente referido:

- Q1.** As IPSS da RAM têm sítio institucional eletrónico?
- Q2.** As IPSS da RAM publicam as suas contas nesse sítio institucional eletrónico?
- Q3.** Quais os tipos de contas que publicam?
- Q4.** Há quanto tempo é que publicam as contas?

3.4) Participantes do estudo

Para este estudo, a população-alvo que teremos por base serão as IPSS, entidades com crescente visibilidade na área da Economia Social (Andrade & Franco, 2007). Para saber quantas IPSS existem na RAM recorreu-se tanto a base de dados disponibilizada pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) da RAM, datada de maio de 2018, bem como a base de dados da Segurança Social (SS), datada de maio de 2018, contabilizaram-se 85 entidades com o estatuto de IPSS na RAM (anexo 1).

Apesar da amostra ser constituída por um número significativo, nem todas as IPSS responderam às questões colocadas, muitos dos dados que obtivemos foi através de pesquisa nos seus sítios institucionais eletrónicos.

Uma base de dados é um simples repositório de informação, relacionada com um determinado assunto ou finalidade, guardada no computador sob a forma de ficheiros (Soares, 2015).

3.5) Opções e procedimentos metodológicos

Para a obtenção dos resultados, como já foi referido, foram conjugados dois métodos de investigação: o método quantitativo e o método qualitativo.

Através da metodologia de investigação quantitativa começamos por identificar e apresentar os dados a partir da amostra apresentada, para realizar uma análise estatística, centrada nas questões formuladas. Para conseguir realizar este tratamento de dados estatísticos, utilizou-se o Microsoft Office, nomeadamente, Microsoft Excel (Ornelas *et al.*, 2017).

Assim, foi elaborada uma tabela, onde consta uma lista com os nomes das entidades registadas como IPSS na RAM, as questões de investigação e o local onde se encontram, ou seja, o Concelho (do apêndice 1 ao apêndice 4). Foi possível obter a maioria das informações através dos seus sítios institucionais eletrónicos, pessoalmente, por comunicação via eletrónica e telefónica.

Através da metodologia de investigação qualitativa, este tem como objetivo recorrer às técnicas de recolha de dados, através da análise documental e da análise de conteúdo para tratar dos dados que foram obtidos com esta técnica.

A análise de textos e documentos é um processo de grande importância, visto que é uma técnica necessária em qualquer tipo de investigação. Os investigadores não podem abdicar da utilização de alguma documentação relacionada com o seu objeto de estudo (Pardal & Correia, 1995).

Nesta investigação recorreu-se à revisão dos seguintes documentos: legislação, dissertações de mestrado, artigos científicos e publicações (bibliografia).

A análise e interpretação de dados são dois processos distintos, mas que surgem sempre relacionados, isto é, a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados para assim proporcionar a obtenção de respostas ao problema proposto pela investigação e a interpretação tem como objetivo procurar um sentido mais integral das respostas, mediante a sua ligação a outros conhecimentos obtidos previamente (Gil, 2008).

Por essa razão, a análise de dados do trabalho recai sobre uma das técnicas mais utilizadas nas ciências sociais: a análise de conteúdo, que é uma técnica que permite propiciar a descrição do conteúdo da comunicação (Pacheco, 2006). Através desta técnica, consultamos os dados nos sítios institucionais eletrónicos das IPSS, para assim conseguirmos dar resposta aos objetivos inicialmente propostos para este estudo, como por exemplo, a pesquisa da forma jurídica das entidades.

3.6) Apresentação dos dados e Discussão dos Resultados

Nesta última seção iremos apresentar os resultados que foram obtidos através das informações disponibilizadas nos sites de algumas IPSS, da comunicação via eletrónica e telefónica, bem como irão ser analisados esses mesmos resultados.

Na figura 5 podemos verificar a distribuição das IPSS pelos concelhos da Região Autónoma da Madeira (apêndice 1).

Figura 5 – Número de IPSS por concelhos da RAM



Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Elaboração própria.

Conforme Ornelas *et al.*, (2017) referem, o Funchal continua a ser o concelho onde existe maior concentração de IPSS, existindo cinquenta e sete (57) IPSS registadas. Os concelhos do Porto Santo, Porto Moniz, Ponta do Sol e Calheta, são os concelhos onde foram registadas apenas uma IPSS. Nos restantes concelhos verificamos que têm entre três a seis IPSS registadas.

É possível verificar que não existe uma distribuição uniforme pelos concelhos em geral, uma vez que o Funchal é o concelho mais importante da RAM.

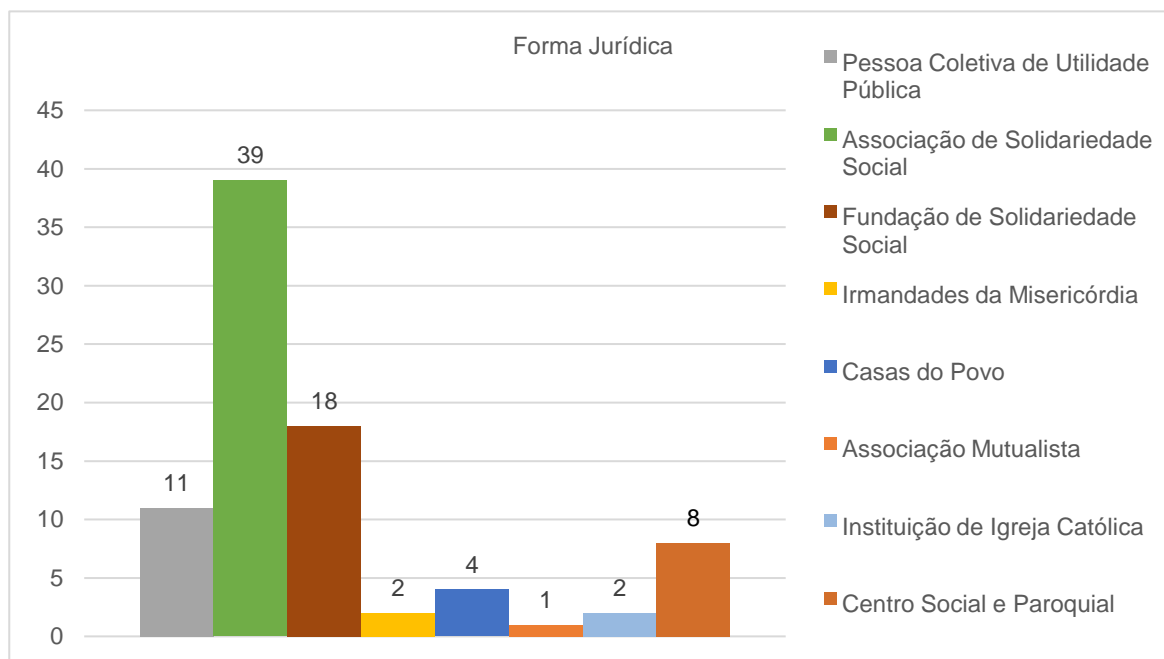
As IPSS, por sua vez, podem revestir uma das seguintes formas, tais como, a de Associações de Solidariedade Social, Associações Mutualistas ou de Socorros Mútuos, Fundações de Solidariedade Social, Irmandades da Misericórdia, e respetivas, Uniões, Federações e Confederações (Santos *et al.*, 2011).

Também podem ser consideradas as Fundações de Solidariedade Social, os Centros Sociais Paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas, sujeitos ao regime das Fundações de Solidariedade Social (Santos *et al.*, 2011).

Temos também as PCUP, que de acordo com o Decreto-Lei nº 391/2007, de 13 de dezembro, são constituídas por “associações ou fundações que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a Administração Central ou a administração local, em termos de merecerem da parte desta administração a declaração de “utilidade pública””. Assim, e de acordo com o art.º 8.º do Estatuto das IPSS, estas entidades adquirem automaticamente a natureza de PCUP.

O gráfico 1 representa a Forma Jurídica de como as IPSS foram registadas na RAM (apêndice 1).

Gráfico 1 – Forma Jurídica de como as IPSS estão registadas na RAM



Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Microsoft Excell - elaboração própria

Podemos verificar que existe uma maior concentração de IPSS que detêm a forma de Associação de Solidariedade Social, existindo trinta e nove entidades com este estatuto (39).

As Formas Jurídicas com menos entidades são as Associações Mutualistas (1), as Instituições de Igreja Católica (2), as Irmandades da Misericórdia (2) e as entidades que estão registadas como Casas do Povo (4).

Há formas jurídicas que possuem entre oito a dezoito IPSS, tais como as PCUP (11), as Fundações de Solidariedade Social (18) e os Centros Sociais e Paroquiais (8).

Na tabela 4 podemos observar os setores onde as entidades atuam, isto é, a forma como elas atuam para ajudar a população, fazendo a sua parte solidária (apêndice 1).

Tabela 4 – Setor de Atividades onde as IPSS atuam na RAM

| Setor de Atividade | |
|--|----|
| Ação Social da Igreja | 3 |
| Apoiar as Vítimas do Crime de Violência Doméstica | 1 |
| Apoio a Crianças e Jovens | 10 |
| Apoio a Crianças e Idosos | 1 |
| Apoio a Crianças, Jovens e Idosos | 8 |
| Apoio a Idosos | 9 |
| Apoio a Pessoas Infetadas e Afetadas pelo VIH | 1 |
| Apoio a Pessoas Infetadas e Afetadas pelo Alcoolismo | 1 |
| Apoio ao Doente Oncológico e Família | 2 |
| Área da Saúde Mental | 4 |
| Assistência a Crianças Desprotegidas | 2 |
| Assistência Humanitária e Social | 1 |
| Centro de Apoio à Vida | 1 |
| Dádiva de Sangue | 1 |
| Distribuição Alimentar | 2 |
| Inclusão Social | 28 |
| Projetos de Intervenção Social Intergeracional | 2 |
| Promoção e Divulgação da Cultura Africana | 1 |
| Promoção e Divulgação do Voluntariado | 1 |
| Reconhecimento da Doença de Alzheimer | 1 |
| Segurança Social e Saúde | 5 |

Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Microsoft Excel - elaboração própria

A maioria das IPSS realizam os seus trabalhos na área da “Inclusão Social”, existindo vinte e oito entidades (28) que se preocupam em envolver a população desfavorecida na sociedade atual, sem que estes se sintam a mais.

Podemos observar na mesma tabela que há determinadas entidades que apenas trabalham numa área, por exemplo, a atividade de “Apoio as Vítimas do Crime de Violência Doméstica” é apenas trabalhada pela Associação Presença Feminina – FEM, ou seja, esta é a única entidade que se preocupa em ajudar e a defender as pessoas que são vítimas de violência doméstica.

Assim, as atividades como, o “Apoio a Pessoas Infetadas e Afetadas pelo VIH”, o “Apoio a Pessoas Infetadas e Afetadas pelo Alcoolismo”, o “Centro de Apoio à Vida”, a “Promoção e Divulgação do Voluntariado” e, etc. (tabela 4), são atividades onde existe apenas uma entidade a preocupar-se a apoiar e sensibilizar a população para estas determinadas áreas onde atuam.

Nos restantes setores de atividade, a quantidade existente de entidades que praticam as suas ações nesses mesmos setores, varia entre dois a dez IPSS em cada uma delas.

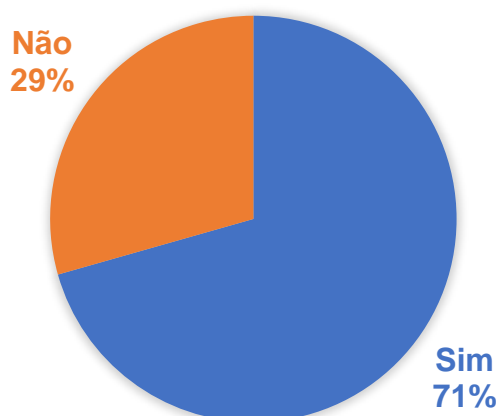
Após esta breve caracterização da amostra, de seguida passaremos a analisar as questões de investigação selecionadas.

Q1: As IPSS da RAM têm sítio institucional eletrónico?

Com o gráfico 2 podemos verificar a atual situação (apêndice 2).

Gráfico 2 – Percentagem de IPSS com sítio institucional eletrónico na RAM

Apresentam sítio institucional eletrónico?



Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Microsoft Excel - elaboração própria

Como podemos observar, 71% das entidades registadas como IPSS, até à data de setembro de 2018, possuem sítio institucional eletrónico, ou seja, as sessenta IPSS (60) tiveram a preocupação em criar um site após a implementação dos novos estatutos, cumprindo assim com os seus deveres enquanto IPSS, continuando com os seus acordos de cooperação com o Governo.

Enquanto 29% das entidades, ou seja, vinte e cinco entidades (25) ainda não criaram o seu sítio institucional eletrónico para assim cumprirem com as suas obrigações estatutárias, ou seja, de acordo com o art.º 35.º, n.º 2, al. d) do Estatuto das IPSS, estas entidades se não apresentarem as contas durante dois anos consecutivos e segundo os procedimentos definidos pelo art.º 14.º-A, irão sofrer penalizações gravosas, como a destituição do órgão de administração.

Q2: As IPSS da RAM publicam as suas contas nesse sítio institucional eletrónico? (apêndice 2)

Gráfico 4 – Percentagem de IPSS que publicam as suas contas no seu sítio institucional eletrónico

Qual a percentagem de IPSS que publicaram as suas contas no site?

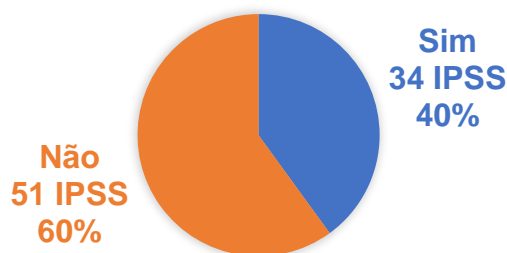
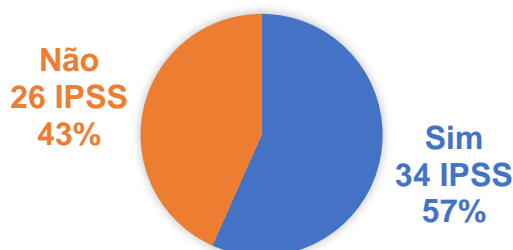


Gráfico 3 – Percentagem das IPSS que possuem um sítio institucional eletrónico e que publicam as contas nesse mesmo sítio

Das IPSS que possuem site, qual a percentagem das que publicam as suas contas?



Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Microsoft Excel – elaboração própria

No gráfico 3 podemos verificar a percentagem total das IPSS que não publicaram as suas contas no seu sítio institucional eletrónico e, portanto, no universo de 85 entidades com o estatuto de IPSS, apuramos que existem cinquenta e uma entidades (51) que não estão a cumprir com os requisitos enquanto IPSS.

Por sua vez, no gráfico 4 observamos que apesar das sessenta entidades (71% - gráfico 2) possuírem sítio institucional eletrónico, existem vinte e seis IPSS (26) que não publicaram os seus Relatórios de Contas no site, assim, ficando sujeitas a consequências gravosas que mencionamos anteriormente.

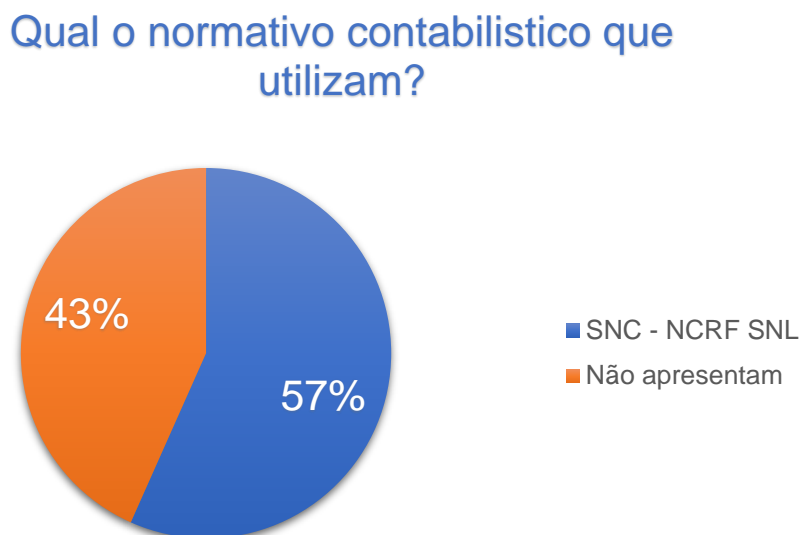
No mesmo gráfico 4, observamos que das sessenta entidades que possuem site, apenas trinta e quatro IPSS (34) é que publicaram os seus Relatórios de Contas, ou seja, 57% das entidades é que estão a cumprir com as suas obrigações legais enquanto IPSS.

Q3: Quais os tipos de contas que publicam?

Para responder a esta questão, focámo-nos apenas nas entidades que possuem site, ou seja, nas sessenta entidades (60).

Primeiro procuramos verificar qual o normativo contabilístico que seguem e o resultado está visível no gráfico 5 (apêndice 2):

Gráfico 5 – Qual o normativo contabilístico que as IPSS utilizam?



Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Microsoft Excel - elaboração própria

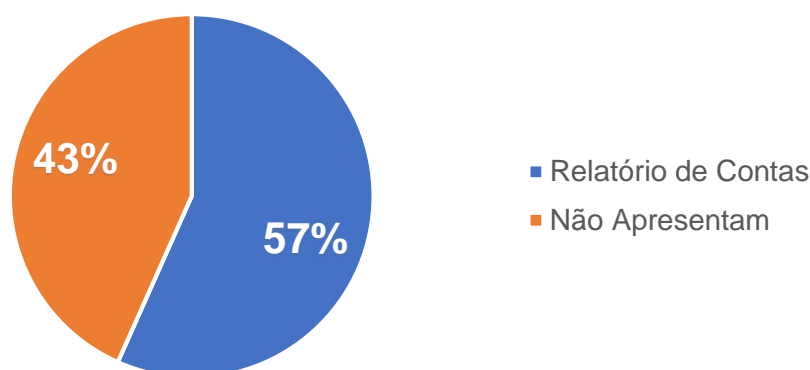
Podemos afirmar que todas as IPSS que publicaram as suas contas nos seus sites, isto é, as trinta e quatro entidades (34), todas elas publicaram as suas contas de acordo com o regime da normalização contabilística para as ESNL (Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março), cumprindo assim com as regras contabilísticas que são aplicáveis especificamente a estas entidades.

O atual normativo contabilístico apresenta de forma adequada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da instituição, bem como, faz a sua própria avaliação financeira de forma geral (Soares, 2015).

De seguida mostramos o gráfico 6 onde está exposto as percentagens dos tipos de contas que as IPSS publicaram no seu sítio institucional eletrónico e podemos afirmar que 57% das entidades que possuem site e que publicaram as suas contas nesse mesmo site, todas elas apresentaram um Relatório de Contas.

Gráfico 6 – Qual o tipo de contas que as IPSS publicam no seu sítio institucional eletrónico?

Qual o tipo de contas que as entidades publicam no seu site?



Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Microsoft Excel - elaboração própria

Assim, podemos afirmar que as trinta e quatro entidades (34) que têm a designação de IPSS, cumprem com os requisitos definidos pelo art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, ou seja, as IPSS ao publicarem os seus Relatórios de Contas conseguem transmitir as informações necessárias que permite assegurar a comparabilidade da informação entre exercícios anteriores, bem como, a comparabilidade entre entidades diferentes (Ornelas et al., 2017).

Nesses Relatórios de Contas, as entidades apresentaram as seguintes demonstrações financeiras: o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo.

Q4. Há quanto tempo é que publicam as contas?

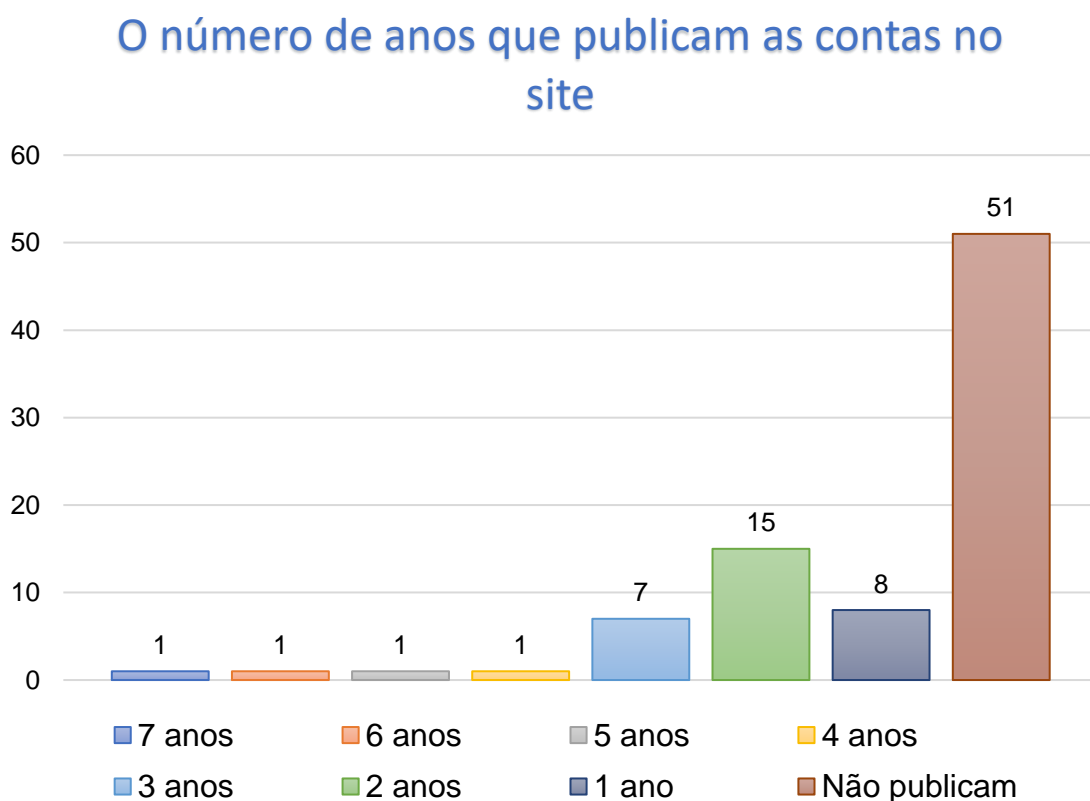
Neste último gráfico (gráfico 6) podemos afirmar que existem quinze entidades (15) que publicam as suas contas há dois anos no seu site, enquanto que uma entidade publica há sete anos (apêndice 3).

Podemos afirmar que com esta nova implementação, as IPSS tiveram o cuidado de publicar recentemente as suas contas, apesar de existir uma entidade que publica há sete anos consecutivos.

Assim, em nome do princípio da transparência, as entidades que publicam há mais de 2 anos consecutivos ao órgão competente, que é o Governo, estão a cumprir com os seus deveres enquanto ESNL e publicam as suas contas até ao dia 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito.

Aquelas oito entidades que apenas publicam há um ano, infelizmente, são relatórios de anos antigos, ou seja, já não publicam relatórios desde o ano 2012, por exemplo, e, portanto, podem vir a sofrer alguma penalização do Governo.

Gráfico 7 – O número de anos que publicam as contas



Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Microsoft Excel - elaboração própria

Síntese:

Em suma, o Funchal, sendo o concelho mais importante da Madeira, é o concelho onde existe maior concentração de entidades registadas como IPSS, sendo que cinquenta e sete entidades (57) atuam maioritariamente na área da Inclusão Social, preocupando-se em incluir a população na sociedade.

No que diz respeito ao número de trabalhadores, as cinquenta e três entidades (53) que disponibilizaram a informação, existe cerca de 1500 pessoas que estão a trabalhar nas IPSS da Madeira, ou seja, cerca de 62% das entidades emprega 1500 pessoas, que podem variar entre ter 1 funcionário a 153 funcionários por entidade (apêndice 4).

Em relação ao número de voluntários, 62% das IPSS tem, normalmente, 2278 voluntários, valor esse que pode variar entre 1 voluntário a 1000 voluntários, e que também variar ao longo do ano, pois existe meses que há mais voluntários do que outros. Também podemos afirmar que muitos dos voluntários pertencem aos quadros da administração da própria IPSS (informação essa que foi disponibilizada aquando do contacto via telefone ou eletronicamente ou presencialmente – apêndice 4).

Após analisar os dados obtidos durante esta investigação, conseguimos responder as questões de investigação colocadas inicialmente. Observamos que 71% das IPSS (60 entidades), até à data de setembro de 2018, possuíam sítio institucional eletrónico.

Verificamos que dessas sessenta entidades que possuem site (gráfico 2), apenas trinta e quatro é que publicaram os seus Relatórios de Contas (gráfico 4), e são estas mesmas entidades que seguem o regime da normalização contabilística para as ESNL, notando que existe uma uniformidade quanto a sua forma de relato financeiro, ou seja, não há uma grande diversidade de modelos, indicando uniformidade e harmonização nos relatórios apresentados nos sites.

Assim, concluímos que 60% das IPSS não apresentaram as suas contas até maio de 2018 (gráfico 3), relativamente ao ano de 2017, no seu sítio institucional eletrónico. Tratando-se de uma situação preocupante, pois existem muitas IPSS que não estão a cumprir com os requisitos legais, nomeadamente do seu Estatuto, podendo ser penalizadas, como por exemplo, deixar de receber os apoios do Estado, deixar de existir os acordos de cooperação entre as IPSS e o Estado bem como a destituição do órgão de administração (art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro).

Conclusão

Conclusão

4.1) Principais Conclusões

Com este estudo, pode concluir-se que as IPSS têm vindo a expandir-se, sendo um dos grupos de entidades mais importantes no setor da Economia Social. Estas entidades desenvolvem atribuições de ação social de grande importância conseguindo resolver muitas das necessidades que afetam a sociedade (Muehombo, 2013).

A informação financeira das entidades constitui um elemento fundamental no processo de tomada de decisão, constituindo em si um fator determinante para o eficaz funcionamento destas entidades.

As IPSS viram as suas obrigações serem alteradas com o novo Estatuto (Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro). Este documento visa que estas entidades sejam mais transparentes, mostrando aos interessados a origem e o destino dos seus recursos, divulgando a sua informação financeira e económica através de um sítio na internet.

Este estudo tem como propósito sensibilizar as IPSS para esta alteração legal, tendo, o estudo empírico utilizado uma amostra constituída por 85 entidades, com o estatuto de IPSS, registadas na RAM.

Em termos metodológicos, procedeu-se a conjugação de dois métodos de investigação. O método qualitativo teve como principal objetivo o desenvolvimento de conceitos, utilizando as entrevistas e a observação de documentos. Com o método quantitativo foi possível apresentar os dados obtidos a partir da amostra, para assim, realizar uma análise estatística, centrada nas questões inicialmente formuladas (Ornelas *et al.*, 2017).

Com o estudo empírico realizado verificamos que apenas 71% das IPSS possuem o seu próprio sítio institucional eletrónico e que desses 71%, apenas trinta e quatro entidades (57% - gráfico 4) com designação de IPSS é que publicaram as contas do exercício no seu site.

Apenas estas estão em condições de dar cumprimento à exigência legal obrigatória de publicitação das contas do exercício no sítio institucional eletrónico da instituição até 31 de maio do ano seguinte a que dizem respeito (art.º 14.º-A do Estatuto das IPSS).

Verifica-se, assim, uma elevada taxa de incumprimento destas obrigações, sujeitando as IPPS infratoras a consequências gravosas, designadamente a possibilidade de os serviços competentes do ministério responsável pela área da segurança social solicitarem ao órgão de administração da IPSS que apresente um programa adequado ao restabelecimento da legalidade e do equilíbrio financeiro, a submeter à aprovação daqueles serviços.

Se este programa não for apresentado ou não for aprovado, aqueles serviços podem requerer judicialmente a destituição do órgão de administração da IPSS. Acresce que este incumprimento pode implicar a suspensão dos apoios do Estado e a impossibilidade de celebrar acordos de cooperação.

É de considerar que este estudo realizado pode dar um contributo muito importante para as entidades da RAM, na medida em que: (i) Permite um melhor conhecimento às entidades das recentes alterações, tanto numa perspetiva jurídica bem como contabilística; (ii) Alertar para a importância das mesmas na sociedade em que estão inseridas; e, (iii) Sensibiliza a entidade para a necessidade de cumprir com a sua obrigatoriedade quanto a publicação das suas demonstrações financeiras no seu sítio institucional eletrónico, para assim continuar com os seus acordos de cooperação com o Estado.

4.2) Limitações do Estudo

Contudo, esta dissertação apresenta limitações, primeiramente no que se refere à obtenção da listagem das entidades com a designação de IPSS, pois no site da Segurança Social não se encontrava a lista referente as IPSS da RAM. Para o efeito tivemos de obter esses dados através da CASES da RAM. Após o contacto direto, via telefone, com algumas entidades, percebemos que havia entidades que constavam na lista obtida pela CASES da RAM, que não possuíam como designação de IPSS. Portanto, contactamos a Segurança Social, por via eletrónica, para assim conseguir obter uma lista das IPSS que estariam inscritas na Segurança Social, e realizou-se o cruzamento de dados, obtendo uma listagem final das IPSS (anexo 1).

Uma outra limitação foi a obtenção dos dados para conseguir responder às questões colocadas, porque nem todas tinham as informações disponibilizadas no seu sítio institucional eletrónico. Logo tivemos que contactar, via telefone, via eletrónica e pessoalmente, as diversas entidades para conseguir completar as questões, mas mesmo assim continuávamos a não obter algumas respostas assim como as próprias entidades não disponibilizavam dessas mesmas informações.

E, por último, o facto de não existirem estudos, sobre a RAM, para conseguir realizar uma análise comparativa e mais profunda sobre a transparência deste tipo de entidade.

4.3) Perspetivas de trabalhos futuros

Apesar de estar a crescer, ainda continua reduzida a investigação sobre este tipo de entidades da Economia Social, o que possibilita futuras linhas de investigação.

Assim, o presente estudo termina deixando algumas linhas para projetos a desenvolver em trabalho futuro, como as seguintes: (i) A realização deste estudo na região autónoma dos Açores, para que fosse possível comparar as duas regiões autónomas; e, (ii) Indo mais além sugere-se a realização duma análise económica e financeira das entidades que apresentam as suas contas no seu sítio institucional, identificando assim por exemplo quais as suas fontes de financiamento e o modo como essa informação é tratada contabilisticamente e de que forma é reportada nas demonstrações financeiras.

Por fim, tem como principal missão ser um sinal de alerta para as IPSS da RAM que ainda não estão a cumprir com as regras de transparência, obrigatórias a nível contabilístico e jurídico.

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

5.1) Bibliografia

- Alfaro, M. (2003), “O Regime Fiscal das IPSS”, *Revista de Doutrina Tributária*, 1º e 2º trimestre de 2003.
- Almeida, L. & Freire, T. (2003), *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*, Psiquilíbrios, Braga.
- Andrade, A. & Franco, R. (2007), *Economia do conhecimento e organizações sem fins lucrativos*, Sociedade Portuguesa de Inovação, Porto, p. 14.
- Bogdan, R. & Biklen, S., (1994), *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto: Porto Editora, p.47-51.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998), *Metodologia da Investigação - Guia para a auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa.
- Carta Social de Rede de Equipamentos e Serviços Sociais no âmbito da Segurança Social da Região Autónoma da Madeira, 2013.
- Carvalho, A. (2006), Enquadramento Contabilístico das Entidades Sem Fins Lucrativos - um ensaio, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, p. 17.
- CIRIEC (2007), *The Social Economy in the European Union*, The European Economic and Social Committee (EESC), nº CESE/COMM/05/2005.
- CNES (2013), *Carta de Cascais para a Economia Social*, Conselho Nacional para a Economia Social, Lisboa.
- Comité Económico e Social Europeu, (2007), *A Economia Social na União Europeia*, Unidade de Publicações, Bruxelas.
- Coutinho, M. (2003), *Economia Social em Portugal: a emergência do Terceiro Sector na Política Social*, Tese de Doutoramento, ISEG, Lisboa.
- Estatística, I. N. (2016), *Conta Satélite da Economia Social 2013*.
- Falconer, A. (1999), *A promessa do terceiro sector – Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ferreira, R. (2005), “As Instituições do Terceiro Setor”, *Revista OTOC* nº 71, p. 30-35.
- Franco, C., Sokolowski, W., Hairel, H., & Salamon, L., (2006), *The Portuguese Nonprofit Setor in Comparative Perspective*, Universidade Católica Portuguesa and the Johns Hopkins Center for Civil Society Studies
- Freitas, M. 2015, *O Financiamento das Cooperativas*, Dissertação de Mestrado, ISCAP, Porto.

- Gil, A. (2008), *Como elaborar projetos de pesquisa*, São Paulo: Atlas.
- Guerra, I. & Ferreira, M. F. (2014), "Organizações de economia social: Coexistência, exemplo ou alternativa", *Working Papers*, ISCTE-IUL, *Escola de Ciências Social e Humanas*, Lisboa, Portugal.
- Hosu, I. (2012), "Social Economy: Challenges and Opportunities". *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 36, p. 106-113.
- Keynes, J. (1936), "The General Theory of Employment, Interest and Money", *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Vol. VII, Londres.
- Lopes, L. (2009), *As Instituições Particulares de Solidariedade Social*, Editora Almedina, Coimbra.
- Lucas, F., Pereira, H. (2009), *Gestão das IPSS com Valências Diversificadas: Proposta de um Modelo de Referência de Actuação Estratégica dos Dirigentes*, Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém.
- Marcelo, D. (2012), *Aplicação do SNC às Entidades do Setor Não Lucrativo*, ISEG, Lisboa.
- Meira, Deolinda Aparício (2013), "A Lei de Bases da Economia Social Portuguesa: do projeto ao texto final", *CIRIEC-España, revista jurídica de economía social y cooperativa*, n.º 243, p. 21-52.
- Monzón, J., & Chaves, R. (2012), *A Economia Social na União Europeia*, Bruxelas: Síntese do relatório elaborado a pedido do Comité Económico e Social Europeu pelo Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC).
- Muehombo, P. (2013), *A Contabilidade nas Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal*, ISCAP, Porto.
- Oliveira, P. (2018), *IPSS são pilar incontornável do Estado Social em Portugal*, Consultado em Junho de 2018 em: www.solidariedade.pt/site/detalhe/13202.
- Oliveira, R. (2016), *A Sustentabilidade das IPSS e o papel das Redes Sociais municipais: os casos de Matosinhos e de V. N. Gaia*, Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Porto.
- Ornelas, T., Bandeira, A., & Meira, D. (2017), *Transparência das IPSS na Região Autónoma da Madeira: estudo empírico*, XVI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, Ordem dos Contabilistas Certificados, Universidade de Aveiro.
- Pacheco, J. (2006), *Currículo, Investigação e Mudança*, In. L. Lima, J. Pacheco, M. Esteves, & R. Canário, *A educação em Portugal (1986-2006) – Alguns contributos de investigação*, Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Pardal, L. & Correia, E. (1995), *Métodos e técnicas de investigação social*, Areal Editores, Porto.
- Pérez, C., & Perdomo, J. (2006), "Aspectos económicos y contables del voluntariado en las ONGs", *Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*, p. 182-206.

- Pérez, E., & Perdomo, J. (2010), "Las cooperativas y la normalización contable internacional", *Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*, p. 68-86.
- Quintão, C. (2004), *Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual*, V Congresso Português de Sociologia, Universidade do Minho, Braga.
- Quintão, C. (2011), "O Terceiro Sector e a sua Renovação em Portugal", *Is Working Papers 2ª Serie, Nº 2*, Porto.
- Romão, F. (2002), *Metodologia de Desenvolvimento de um sistema de Informação para uma Instituição Particular de Solidariedade Social*, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Ryan, B., Scapens, R., Theobald, M. & Beattie, V. (2002), "Research Method & Methodology in Finance & Accounting", 2.ª Ed. London: Thomson.
- Salamon, L., Sokolowski, S., Haddock, M. & Tice, H. (2012), *Portugal's nonprofit setor in comparative contexto*, Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, Baltimore.
- Santos, J., Lima, R., & Raimundo, J. (2011), "Norma Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)", *Manual OTOC*.
- Silva, M. (2010), "Enfrentar a crise, erradicar a pobreza – o contributo da economia social", *Revista Sociedade e Trabalho, N.º 41*, 1ª Edição, p. 101-109.
- Silva, R., & Silva, P. (2013), *O contributo dos métodos qualitativos na investigação em contabilidade de gestão*, Aveiro: CIDTF - Indagatio Didactica - Universidade de Aveiro, vol. 5(2).
- Soares, C., (2015), *A Demonstração dos Fluxos de Caixa nas Instituições Particulares de Solidariedade Social*, Dissertação de Mestrado, ISCAP, Porto.
- Soares, C., Fialho, J., Chau, F. & Gageiro, J. (2012), *A Economia Social e a sua Sustentabilidade como Factor de Inclusão Social*, POAT/FSE: Gerir, Conhecer e Intervir, Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu.
- Teixeira, Z. (2014), *O Relato Financeiro nas IPSS: Estudo de caso de uma IPSS do concelho de Vila Nova de Gaia*, Dissertação de Mestrado, ISCAP, Porto.
- Tuckman, B. (2000), *Manual de Investigação em Educação*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valga, C. (2010), *Avaliação do Retorno para a Sociedade dos Benefícios Concedidos a IPSS na Área da Saúde*, FEP, Porto.
- Waddell, S. (2002), "Core Competences: A Key Force in Business–Government–Civil Society Collaborations", *The Collaboration Works*, USA, p. 42.

5.2) Legislação

Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março, Diário da República n.º 51 - 2.ª série, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Homologou a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, 12226-(8)-12226-(20), Lisboa.

C.R.P. (2005), Constituição da República Portuguesa - VII REVISÃO CONSTITUCIONAL.

Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, Diário da República n.º 46 - 1.ª série, Ministério dos Assuntos Sociais, Aprovação do estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade social (IPSS), 643, Lisboa.

Decreto-lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, Diário da República n.º 221 - 1.ª série, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, 5882-(2)-5882-(26), Lisboa.

Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, Diário da República n.º 48 - 1.ª série, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Aprovação do regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), 1344-(2)-1344(11), Lisboa.

Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro, Diário da República n.º 240 - 1.ª série, Presidência do Conselho de Ministros, Constitui a legislação base para a atribuição do Estatuto das Coletividades de Utilidade Pública quer a associações ou fundações, pessoas coletivas privadas que prossigam fins de interesse geral, quer a pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, 8891-8895, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade para as empresas.

Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de setembro, que aprova os estatutos das IPSS, revogado depois pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro.

Decreto-Lei n.º 78/89, de 3 de março, que aprova o Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Despacho Normativo 75/92, de 20 de maio, que estabelece normas reguladoras de cooperação entre os “centros regionais de segurança social” e as instituições particulares de solidariedade social.

Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, Diário da República n.º 88 – 1.ª série, que aprova a Lei de Bases da Economia Social, 2727-2728, Lisboa.

Lei n.º 76/2015, de 28 de julho, Diário da República n.º 145 - 1.ª série, Assembleia da República, primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro e sexta alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, por apreciação parlamentar, 5051-5052, Lisboa.

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março, Diário da República n.º 51 - 1.ª série, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Aprovação dos modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às ESNL, 1425-1430, Lisboa.

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março, Diário da República n.º 51 - 1.ª série, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Aprovação do Código de Contas Específico para as ESNL, 1431-1435, Lisboa.

Anexos

Anexo 1 – Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Autónoma da Madeira

| Instituições | Morada | Contactos |
|--|--|---|
| <i>Abrigo Infantil Nossa Senhora da Conceição</i> | Avenida do Infante, nº 18 9000-015 Funchal | ☎ 291 220 374 abrigoconceicao@gmail.com |
| <i>Abrigo Infantil Nossa Senhora de Fátima</i> | Caminho do Poço Barral, nº 54 9000-155 Funchal | ☎ 291 764 658 secretaria@ansf.pt direcao@ansf.pt |
| <i>Assistência social adventista (ASA) – LAPI</i> | Caminho de Santana, nº 27 B - São Roque 9020-120 Funchal | ☎ 291 758 400 lapimadeira@asa.org.pt |
| <i>Associação ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH / SIDA</i> | Rua Bela de São Tiago, nº 17 9060-400 Funchal | ☎ 291 236 700 secretaria.funchal@abraço.pt delegacao.funchal@abraco.pt |
| <i>Associação Antialcoólica da Madeira</i> | Av. Estados Unidos da América, nº 138 – Nazaré 9050 Funchal | ☎ 291 761 199 associacaoamadeira@hotmail.com |
| <i>Associação Atalaia Living Care</i> | Rua Sidónio Serôdio, 9125-114 Caniço Santa Cruz | ☎ 291 939 120 |

| | | |
|--|---|--|
| Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina | Rua da Carreira, nº 163 B 9000-042 Funchal | ☎ 291 220 575 |
| Associação Centro da Mãe | Av. Luís de Camões Bairro do Hospital Bloco 4 – R/C 9000-180 Funchal | ☎ 291 224 074 / 291 220 473 geral@centrodamae.pt |
| Associação crescer sem risco | Fajã da Areia 9240-016 São Vicente | ☎ 291 842 298 / 291 957 190 📱 91 619 2859 / 92 781 6068 geral@crescersemrisco.com |
| Associação de Apoio à Distribuição Alimentar na RAM – Mão Solidária | Caminho da Ribeira Grande, n.º 57 C 9020-114 Funchal | ☎ 291 617 839 ba.madeira@bancoalimentar.pt |
| Associação de Apoio Social – Gálatas | Rua de São Francisco, nº 5, 1º 9000-050 Funchal | ☎ 291 223 275 📱 96 708 7185 / 96 284 3301 associacaogalatas@outlook.pt |
| Associação de Dadores de Sangue da RAM – ADSRAM | Av. Luís de Camões, nº 57 9004-514 Funchal | ☎ 291 705 752 📱 967 020 072 adsram2016@gmail.com |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário Câmara de Lobos Viva | Centro Ocupacional Municipal do Ilhéu Caminho do Ilhéu, n.º 33 9300-072 Câmara de Lobos | ☎ 291 943 397 📱 927 577 244 / 927 576 756 clviva.adc@gmail.com |

| | | |
|--|---|---|
| Associação de desenvolvimento comunitário do Funchal (ADCF) – Garouta do Calhau | Rua da Alegria, nº 14 B 9000-040 Funchal | ☎ 291 755 232 adcfunchal@gmail.com |
| Associação de desenvolvimento da costa norte – ADENORMA | Vila de São Vicente, Apartado nº 38 9240-225 São Vicente | ☎ 291 846 497 / 291 842 993 adenorma@sapo.pt |
| Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava – ADBRAVA | Rua do Visconde, n.º 7 9350-213 Ribeira Brava | ☎ 291 612 344 adbrava@gmail.com |
| Associação de desenvolvimento de Santo António – ASA | Rua Antero Quental, Bloco 11, Ribeira Grande 9020-207 Funchal | ☎ 291 609 998 |
| Associação de Desenvolvimento e Comunitário do Monte - ADECOM | Edifício do Departamento de Habitação da Câmara Municipal do Funchal, 1º Andar - Rua 5 de Outubro 9004 - 512 Funchal | |
| Associação de Desenvolvimento Social e Cultural da Camacha – ADESCA | Urbanização Casais de Além, nº 2 9135-361 Camacha Santa Cruz | ☎ 967 043 953 / 931 934 381 adescamacha@gmail.com |
| Associação de familiares e amigos do doente mental da RAM – AFARAM | Rua da Vargem, nº33, Bloco L S7 9000-705 Funchal | ☎ 291 762 625 / 291 621 287 afaram_madeira@hotmail.com |

| | | |
|--|--|---|
| Associação de Familiares e Amigos dos doentes da casa de saúde Câmara Pestana – ANCORA | Rua do Lazareto, nº 125 9060-021 São Gonçalo Funchal | ☎ 291 790 700 / 291 790 708 / 291 790 709 cscp@irmashospitaleiras.pt |
| Associação de Familiares e Amigos dos Utentes da Casa de Saúde São João de Deus – Entre Laços | Caminho do Trapiche, S/N 9020-126 Funchal | ☎ 291 741 032 a.entrelacos@gmail.com |
| Associação de Inclusão Social - Os Especiais | Caminho Dr. William Eduard Clode, n.º 2, Santo António 9020-083 Funchal | |
| Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro – Acreditar | Av. Luís de Camões, Complexo Habitacional do Hospital, bloco 3, r/c Esq. 9000-168 Funchal | ☎ 291 742 627 mg@acreditar.pt |
| Associação de paralisia cerebral da Madeira – APCM | Caminho do Pico do Funchal, nº 58 9000-501 Funchal | ☎ 291 721 090 ☎ 96 809 3818 geral@apcmadeira.org |
| Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro | Rua de João Tavira, nº 59 -1º 9000 – 075 Funchal | ☎ 291 223 355 asm4setembro@mail.telepac.pt |

| | | |
|--|--|--|
| Associação de Solidariedade Social – Monte de Amigos | Travessa do Anselmo, nº 8 Imaculado Coração de Maria 9050-049 Funchal | ☎ 291 628 399 monteamigos@gmail.com |
| Associação de Solidariedade Social dos Professores – Casa dos Professores | Rampa do Forte, nº 2, Santa Maria Maior 9060-122 Funchal | ☎ 291 229 963 d.madeira@assp.pt |
| Associação de Solidariedade Social para o Desenvolvimento e Apoio a Crianças e Jovens – CRIAMAR | Rua da Mouraria, nº 9, 3º B 9000-047 Funchal | ☎ 291 239 120 infocriamar@criamar.pt |
| Associação de Solidariedade Social Pérola | Rua do Salão nº 23, Gaula 9100-023 Santa Cruz | ☎ 96 349 0570 perola.a.s.s@gmail.com |
| Associação de Surdos, Pais, Familiares e Amigos da Madeira – ASPFAM | Caminho de Santo António, Conjunto H C Madalena II, Bloco D - R/C 9020-02 Funchal | ☎ 291 752 809 ☎ 96 175 1608 aspfam@sapo.pt |
| Associação dos Amigos da Arte Inclusiva – Dançando com a Diferença | Rua dos Barcelos nº 9 – R/C 9020-391 Funchal | ☎ 291 771 138 ☎ 92 706 9966 info@danca-inclusica.com administrativo@danca-inclusiva.com |

| | | |
|---|---|---|
| Associação Internacional de Caridade – Madeira | Avenida do Infante, nº 12 Hospício da Princesa Dona Amélia 9000-015 Funchal | |
| Associação Olho-te | Rua dos Estados Unidos da América, Lojas nº 142-144 9000-090 Funchal | ☎ 291 627 285 projetoelho.te@gmail.com |
| Associação Onda Solidária | Edifício Europa, Rua do Bom Jesus, nº 8 - 10 Loja 312 e 313 9050-028 Funchal | ☎ 291 639 240 associacaoondasolidaria@gmail.com |
| Associação para a promoção da Cidadania – Causa Social | Rua da África do Sul, nº 12 9000-132 / 9000-012 Funchal | ☎ 291 772 962 / 291 563 676 associacaocausasocial@gmail.com |
| Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson | Av. Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave Bloco 23, Sala A 9000—135 Funchal | ☎ 291 610 482 📞 92 211 4647 parkinsonmadeira@sapo.pt |
| Associação Portuguesa de Pessoas com Necessidades Especiais – Associação sem limites | Urbanização da Ribeira Grande, Rua Antero de Quental, Bloco 10, Loja 11 9020-207 Funchal | ☎ 291 774 219 aslimites@hotmail.com |

| | | |
|--|--|---|
| <i>Associação Portuguesa para as perturbações do desenvolvimento e autismo da Madeira – APPDA Madeira</i> | Av. Luís de Camões, Bairro do Hospital, nº 14 CV 9000-168 Funchal | ☎ 291 753 354 appda.madeira@gmail.com |
| <i>Associação presença feminina – FEM</i> | Complexo Habitacional Santo Amaro II, Bloco 4, Loja 7 9020-019 Funchal | ☎ 291 759 777 apfeminina1@sapo.pt |
| <i>Associação Protetora dos Pobres</i> | Rua do Frigorífico, nº 13 9050-448 Funchal | ☎ 291 220 897 app.ipss@gmail.com |
| <i>Associação Recreativa Africana</i> | Rua Brasil, Bloco 206, 1º andar 9000-134 Funchal | ☎ 291 773 538 |
| <i>Associação Santana cidade solidária</i> | Estrada da Achada do Gramacho 9230-082 Santana Sítio do Pico 9360-106 Santana | ☎ 291 573 824 / 291 570 500 geral@santanasolidaria.org geral.lardeidososdesantana@gmail.com |
| <i>Cáritas Diocesana do Funchal</i> | Calçada do Pico, nº 59 9000-206 Funchal | ☎ 291 743 331 caritasfunchal@netmadeira.com |

| | | |
|--|--|---|
| <i>Casa do Povo do Arco de São Jorge</i> | Estrada Padre Elias Gonçalves Vieira, nº 4 9230-019 Arco de São Jorge | ☎ 291 578 106 📞 96 248 8556 / 96 943 3151 c.povoasj@mail.telepac.pt |
| <i>Casa do Povo da Ilha</i> | Rua Manuel Marques da Trindade, nº 1 9230-234 Santana | ☎ 291 572 026 projectos_cpi@hotmail.com |
| <i>Casa do Povo de São Martinho</i> | Rua do Brasil, nº 41 e 45, Bairro da Nazaré 9000-134 / 9000-138 Funchal | ☎ 291 773 383 cpsaomartinho@gmail.com |
| <i>Casa do Povo do Curral das Freiras</i> | Estrada Cónego Camacho, nº 7 D 9030-319 Curral das Freiras | ☎ 291 712 566 📞 93 551 2560 cdpcurraldasfreiras@gmail.com |
| <i>Casa do Voluntário</i> | Rua de São Francisco Nº 3, 3ºF 9000-050, Funchal | ☎ 291 281 938 casa.voluntario@sapo.pt |
| <i>Casa Sagrada Família e Refúgio S. Vicente de Paulo</i> | Sítio do Povo, Rua D. Júlia Graça França Sousa, nº 16 9100-078 Santa Cruz | ☎ 291 526 237 refugiosaovicentedepaulo@hotmail.com refugio.svp@gmail.com |

| | | |
|--|---|--|
| Centro Cultural e Desportivo de São José | Rua Arcebispo D. Aires, nº 15 C Im 9050-206 / 9360-106 Funchal | ☎ 291 757 486 ccd_saojose@netmadeira.com |
| Centro Comunitário Luís de Camões - Centro Cultural e Desportivo Luís de Camões | Avenida Luís de Camões, Bloco 14 9000-126 / 9000-168 Funchal | ☎ 291 751 072 / 291 745 348 geral@centroluiscamoes.pt |
| Centro de Apoio ao Sem-Abrigo – CASA | Rua da Ribeira de João Gomes, Auto Silo do Campo da Barca, Piso 6 9000-050 Funchal | ☎ 291 222 237 ☎ 91 036 5816 / 96 974 5344 apoioaosemabrigo.funchal@gmail.com |
| Centro Social e Paroquial da Encarnação | Rua Padre Manuel Carlos da Silva 9325-377 / 9325-337 Estreito de Cª Lobos Câmara de Lobos | ☎ 291 947 590 cecentroencarnacao@gmail.com |
| Centro Social e Paroquial da Graça | Caminho da Barreira, nº 26 - Santo António 9020-068 Funchal | ☎ 291 740 650 centrodagraca@sapo.pt |
| Centro Social e Paroquial da Sagrada Família | Travessa Coronel Abel Magno de Vasconcelos, nº 7 9000-186 Funchal | ☎ 291 743 377/78 larsaofrancisco@netmadeira.com |

| | | |
|--|--|---|
| Centro Social e Paroquial da Santíssima Trindade da Tabua | Sítio da Praia - Ribeira Brava 9350-412 Tabua | ☎ 291 950 210 / 291 950 213 sstrindade2003@hotmail.com catgracindatito@hotmail.com |
| Centro Social e Paroquial das Preces | Sítio da Ribeira Grande 9200-123 Machico | ☎ 291 965 342 csp.preces@gmail.com |
| Centro Social e Paroquial de Santa Cecília | Caminho de São Bernardino, nº 83, Apartado nº 55 9300-147 Câmara de Lobos | ☎ 291 940 737 / 291 940 727 / 291 941 488 cssceclia@mail.telepac.pt |
| Centro Social e Paroquial de Santo António | Caminho de Santo António, Entrada Particular da Igreja, nº 2 9020-133 Funchal | ☎ 291 751 759 / 291 611 253 centrosocialsantoantonio@portugalmail.com peasantoantonio@gmail.com rajovens@gmail.com |
| Centro Social e Paroquial de São Bento da Ribeira Brava | Rua do Visconde, nº 10, Apartado 96 9350-909 Ribeira Brava | ☎ 291 957 957 cspsaobentorb@mail.telepac.pt cspsaobento@gmail.com |
| Centro Social e Paroquial do Bom Jesus da Ponta Delgada | Sítio da Igreja Ponta Delgada 9240-105 São Vicente | ☎ 291 862 959 bomjesuspd@hotmail.com |

| | | |
|--|--|---|
| Centro Social e Paroquial do Carmo | Rua João Ricardo Ferreira César, nº 8 9300-076 Câmara de Lobos | ☎ 291 942 162 |
| Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria | Rua Nova da Levada de Santa Luzia nº 15 9050-046 Funchal | ☎ 291 238 807 |
| Centro Social, Cultural e Paroquial de São Vicente | Sítio da Vila de São Vicente 9240-225 São Vicente | ☎ 291 842 137 📞 916 645 629 elajacinta@hotmail.com centroparquiassv@gmail.com |
| Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Regional | Rua das Mercês, nº 40 9000-224 Funchal Caminho da Achada, nº 11 9000-208 Funchal | ☎ 291 741 115 / 291 741 973 cruzvermelha@netmadeira.com dmadeira@cruzvermelha.org.pt dmadeira.presidente@cruzvermelha.org.pt |
| Delegação da Madeira da Associação Alzheimer Portugal | Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E 9000-135 Funchal | ☎ 291 772 021 geral.madeira@alzheimerportugal.org |

| | | |
|---|--|---|
| Fundação Aldeia da Paz | Estrada Regional 207, nº 200, Água de Pena 9200-231 Machico | ☎ 291 524 480 geral.lardapaz@gmail.com |
| Fundação Cecília Zino | Rua Velha da Ajuda, nº 8, São Martinho 9000-115 Funchal | ☎ 291 771 099 ☎ 926 437 814 fundacaozino@netmadeira.com |
| Fundação Dona Jacinta de Ornelas Pereira | Rua Capitão Armando Pinto Correia, nº 37, Estreito de Câmara de Lobos 9325 – 023 Câmara de Lobos | ☎ 291 945 475 fundacao@madeira.educ.pt |
| Fundação Hospício Princesa D. Maria Amélia | Avenida do Infante, nº 12 9000-015 Funchal | ☎ 291 220 358 hosprincesaamelia@gmail.com hopcriancasjovens@gmail.com |
| Fundação João Pereira | Caminho da Carreira nº 29, Lombada 9360-524 Ponta do Sol | ☎ 291 972 099 fundacaojoapereira@madeira-edu.pt |
| Fundação José Berardo | Caminho Amparo, nº 55 S 9000-248 Funchal | ☎ 291 616 339 / 291 771 310 fundacaoberardo@netmadeira.com |

| | | |
|---|--|--|
| Fundação Mário Miguel | Sítio da Arruda, Achadas da Cruz / Caminho do Gorgulho, Lamaceiros 9270-035 Porto Moniz | ☎ 291 850 400 larportomoniz@gmail.com |
| Fundação Mary Jane Wilson | Caminho da Igreja, nº 31, São Gonçalo 9060-130 Funchal | ☎ 291 793 658 f.maryjwilson@netmadeira.com |
| Fundação Nossa Senhora da Piedade | Rua Manuel Gregório Pestana 9400-172 Porto Santo | ☎ 291 980 490 fnspps@gmail.com |
| Fundação Patronato São Filipe | Travessa de São Filipe, nº 5, Santa Maria Maior 9060-293 Funchal | ☎ 291 238 833 patronatosfilipe@gmail.com |
| Fundação Santa Luísa de Marilac | Estrada Marmeleiros, nº 242 9050-406 Funchal | ☎ 291 784 790 |
| Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro | Rua Elias Garcia, Edifício Elias Garcia I, Bloco II, 1.º A 9050-023 Funchal | ☎ 291 236 597 ☎ 93 843 5735 nucleomadeira@ligacontracancro.pt |

| | | |
|--|--|---|
| <i>Recolhimento Bom -Jesus da Ribeira</i> | Rua do Bom Jesus, nº 3 9050-028 Funchal | ☎ 291 228 008 |
| <i>Santa Casa da Misericórdia da Calheta</i> | Rua Simão Gonçalves Câmara, nº 91 9370-139 Calheta | ☎ 291 822 776 / 291 822 520 geral@scmcalheta.pt |
| <i>Santa Casa da Misericórdia de Machico</i> | Rua do Desembarcadouro, nº 50 9200-144 Machico | ☎ 291 969 140 scmm@netmadeira.com |
| <i>Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz</i> | Rua Irmã Wilson, nº 2, 4 e 6 9100-161 Santa Cruz | ☎ 291 524 190 scmstacruz@hotmail.com |
| <i>Santa Casa da Misericórdia do Funchal</i> | Calçada de Santa Clara, nº 38, 1º Piso 9000-036 Funchal | ☎ 291 742 941 / 291 742 690 / 291 939 130 santacasafunchal@hotmail.com |
| <i>União das IPSS da Madeira</i> | Rua dos Netos, nº 43, 1º andar, Sala 3 Madeira 9000-084 Funchal | ☎ 291 230 022 uipss-madeira@sapo.pt |

Fonte: Dados à data de 24 de julho de 2018. Microsoft Word - elaboração própria

Apêndices

Apêndice 1 – Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Autónoma da Madeira (Concelho, Forma Jurídica e Setor de Atividade)

| Denominação | Concelho | Forma Jurídica | Setor de Atividade |
|--|-------------|--------------------------------------|--|
| <i>Abrigo Infantil Nossa Senhora da Conceição</i> | Funchal | Fundação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças e Jovens |
| <i>Abrigo Infantil Nossa Senhora de Fátima</i> | Funchal | Instituição de Igreja Católica | Apoio a Crianças e Jovens |
| <i>Assistência social adventista (ASA) - LAPI</i> | Funchal | Pessoa Coletiva de Utilidade Pública | Apoio a Idosos |
| <i>Associação ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH / SIDA</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Apoio a Pessoas Infetadas e Afetadas pelo VIH |
| <i>Associação Antialcoólica da Madeira</i> | Funchal | Pessoa Coletiva de Utilidade Pública | Apoio a Pessoas Infetadas e Afetadas pelo Alcoolismo |
| <i>Associação centro da mãe</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Centro de Apoio à Vida |
| <i>Associação crescer sem risco</i> | São Vicente | Associação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças e Jovens |

| Denominação | Concelho | Forma Jurídica | Setor de Atividade |
|--|-----------------|------------------------------------|--|
| Associação de Apoio à Distribuição Alimentar na RAM - Mão Solidária | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Distribuição Alimentar |
| Associação de Apoio Social - Gálatas | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças, Jovens e Idosos |
| Associação de Dadores de Sangue da RAM - ADSRAM | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Dádiva de Sangue |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário Câmara de Lobos Viva | Câmara de Lobos | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| Associação de desenvolvimento da costa norte – ADENORMA | São Vicente | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava – ADBRAVA | Ribeira Brava | Associação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças, Jovens e Idosos |
| Associação de desenvolvimento comunitário do Funchal (ADCF) - Garouta do Calhau | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Projetos de Intervenção Social Intergeracional |
| Associação de Desenvolvimento Social e Cultural da Camacha – ADESCA | Santa Cruz | Associação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças e Jovens |

| Denominação | Concelho | Forma Jurídica | Setor de Atividade |
|--|----------|------------------------------------|--------------------------------------|
| Associação de familiares e amigos do doente mental da RAM – AFARAM | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Área da Saúde Mental |
| Associação de Familiares e Amigos dos doentes da casa de saúde Câmara Pestana – ANCORA | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Área da Saúde Mental |
| Associação de Familiares e Amigos dos Utentes da Casa de Saúde São João de Deus - Entre Laços | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Área da Saúde Mental |
| Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro - Acreditar | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Apoio ao Doente Oncológico e Família |
| Associação de paralisia cerebral da Madeira – APCM | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Área da Saúde Mental |
| Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro | Funchal | Associação Mutualista | Segurança Social e Saúde |
| Associação de Solidariedade Social - Monte de Amigos | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| Associação de Solidariedade Social dos Professores - Casa dos Professores | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |

| Denominação | Concelho | Forma Jurídica | Setor de Atividade |
|--|------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| Associação de Solidariedade Social para o Desenvolvimento e Apoio a Crianças e Jovens - CRIAMAR | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças e Jovens |
| Associação de Solidariedade Social Pérola | Santa Cruz | Associação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças, Jovens e Idosos |
| Associação de Surdos, Pais, Familiares e Amigos da Madeira - ASPFAM | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Segurança Social e Saúde |
| Associação dos Amigos da Arte Inclusiva - Dançando com a Diferença | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| Associação Internacional de caridade – Madeira | Funchal | Fundação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças, Jovens e Idosos |
| Associação Olho-te | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| Associação para a promoção da Cidadania - Causa Social | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Segurança Social e Saúde |

| Denominação | Concelho | Forma Jurídica | Setor de Atividade |
|--|----------|--------------------------------------|---|
| <i>Associação Portuguesa de Pessoas com Necessidades Especiais – Associação sem limites</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| <i>Associação Portuguesa para as perturbações do desenvolvimento e autismo da Madeira – APPDA Madeira</i> | Funchal | Pessoa Coletiva de Utilidade Pública | Apoio a Crianças, Jovens e Idosos |
| <i>Associação presença feminina - FEM</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Apoiar as Vítimas do Crime de Violência Doméstica |
| <i>Associação Protetora dos Pobres</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| <i>Associação Recreativa Africana</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Promoção e Divulgação da Cultura Africana |
| <i>Associação Santana cidade solidária</i> | Santana | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| <i>Cáritas Diocesana do Funchal</i> | Funchal | Instituição de Igreja Católica | Ação Social da Igreja |
| <i>Casa do Povo da Ilha</i> | Santana | Casas do Povo | Inclusão Social |

| Denominação | Concelho | Forma Jurídica | Setor de Atividade |
|--|-----------------|--------------------------------------|---------------------------------------|
| <i>Casa do Povo de São Martinho</i> | Funchal | Casas do Povo | Inclusão Social |
| <i>Casa do Povo Arco de São Jorge</i> | Santana | Casas do Povo | Inclusão Social |
| <i>Casa do Povo do Curral das Freiras</i> | Câmara de Lobos | Casas do Povo | Inclusão Social |
| <i>Casa do Voluntário</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Promoção e Divulgação do Voluntariado |
| <i>Casa Sagrada Família e Refúgio S. Vicente de Paulo</i> | Santa Cruz | Fundação de Solidariedade Social | Apoio a Idosos |
| <i>Centro Cultural e Desportivo Luís de Camões</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| <i>Centro Cultural e Desportivo de São José</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Apoio a Idosos |
| <i>Centro de Apoio ao Sem-Abrigo – CASA</i> | Funchal | Pessoa Coletiva de Utilidade Pública | Distribuição Alimentar |

| Denominação | Concelho | Forma Jurídica | Setor de Atividade |
|---|-----------------|--------------------------------------|-----------------------------------|
| <i>Centro Social e Paroquial da Encarnação</i> | Câmara de Lobos | Centro Social e Paroquial | Apoio a Crianças, Jovens e Idosos |
| <i>Centro Social e Paroquial da Graça</i> | Funchal | Centro Social e Paroquial | Apoio a Crianças e Idosos |
| <i>Centro Social e Paroquial da Sagrada Família</i> | Funchal | Centro Social e Paroquial | Apoio a Idosos |
| <i>Centro Social e Paroquial da Santíssima Trindade da Tabua</i> | Ribeira Brava | Centro Social e Paroquial | Apoio a Idosos |
| <i>Centro Social e Paroquial de Santa Cecília</i> | Câmara de Lobos | Fundação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| <i>Centro Social e Paroquial de Santo António</i> | Funchal | Pessoa Coletiva de Utilidade Pública | Apoio a Crianças, Jovens e Idosos |
| <i>Centro Social e Paroquial de São Bento da Rib. Brava</i> | Ribeira Brava | Centro Social e Paroquial | Inclusão Social |
| <i>Centro Social e Paroquial do Bom Jesus da Ponta Delgada</i> | São Vicente | Centro Social e Paroquial | Apoio a Crianças, Jovens e Idosos |

| Denominação | Concelho | Forma Jurídica | Setor de Atividade |
|---|-----------------|--------------------------------------|---------------------------------------|
| <i>Centro Social e Paroquial do Carmo</i> | Câmara de Lobos | Centro Social e Paroquial | Inclusão Social |
| <i>Delegação da Madeira da Associação Alzheimer Portugal</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Reconhecimento da Doença de Alzheimer |
| <i>Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro</i> | Funchal | Pessoa Coletiva de Utilidade Pública | Apoio ao Doente Oncológico e Família |
| <i>Santa Casa da Misericórdia da Calheta</i> | Calheta | Pessoa Coletiva de Utilidade Pública | Inclusão Social |
| <i>Santa Casa da Misericórdia de Machico</i> | Machico | Pessoa Coletiva de Utilidade Pública | Inclusão Social |
| <i>Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz</i> | Santa Cruz | Irmandades da Misericórdia | Inclusão Social |
| <i>Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Regional</i> | Funchal | Pessoa Coletiva de Utilidade Pública | Assistência Humanitária e Social |
| <i>Santa Casa da Misericórdia do Funchal</i> | Funchal | Irmandades da Misericórdia | Inclusão Social |

| Denominação | Concelho | Forma Jurídica | Setor de Atividade |
|--|--------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| <i>Associação de desenvolvimento de Santo António - ASA</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças e Jovens |
| <i>Associação Atalaia Living Care</i> | Santa Cruz | Pessoa Coletiva de Utilidade Pública | Apoio a Idosos |
| <i>Associação Onda Solidária</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Segurança Social e Saúde |
| <i>Fundação Aldeia da Paz</i> | Machico | Fundação de Solidariedade Social | Assistência a Crianças Desprotegidas |
| <i>Fundação Mary Jane Wilson</i> | Funchal | Fundação de Solidariedade Social | Apoio a Idosos |
| <i>Fundação Mário Miguel</i> | Porto Moniz | Fundação de Solidariedade Social | Apoio a Idosos |
| <i>Fundação João Pereira</i> | Ponta do Sol | Fundação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| <i>Fundação Nossa Senhora da Piedade</i> | Porto Santo | Fundação de Solidariedade Social | Inclusão Social |

| Denominação | Concelho | Forma Jurídica | Setor de Atividade |
|--|-----------------|------------------------------------|--|
| <i>Fundação Patronato São Filipe</i> | Funchal | Fundação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças e Jovens |
| <i>Fundação Santa Luísa de Marillac</i> | Funchal | Fundação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças e Jovens |
| <i>Associação de Inclusão Social - Os Especiais</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| <i>Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira</i> | Funchal | Fundação de Solidariedade Social | Apoio a Idosos |
| <i>Fundação José Berardo</i> | Funchal | Fundação de Solidariedade Social | Projetos de Intervenção Social Intergeracional |
| <i>Fundação Cecília Zino</i> | Funchal | Fundação de Solidariedade Social | Assistência a Crianças Desprotegidas |
| <i>Fundação Hospício Princesa D. Maria Amélia</i> | Funchal | Fundação de Solidariedade Social | Ação Social da Igreja |
| <i>Fundação Dona Jacinta de Ornelas Pereira</i> | Câmara de Lobos | Fundação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças e Jovens |

| Denominação | Concelho | Forma Jurídica | Setor de Atividade |
|--|-------------|--------------------------------------|---------------------------|
| <i>Centro Social e Paroquial das Preces</i> | Machico | Centro Social e Paroquial | Inclusão Social |
| <i>Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria</i> | Funchal | Fundação de Solidariedade Social | Apoio a Crianças e Jovens |
| <i>Centro Social, Cultural e Paroquial de São Vicente</i> | São Vicente | Fundação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| <i>Associação de Desenvolvimento e Comunitário do Monte - ADECOM</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Inclusão Social |
| <i>Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina</i> | Funchal | Pessoa Coletiva de Utilidade Pública | Ação Social da Igreja |
| <i>União das IPSS da Madeira</i> | Funchal | Associação de Solidariedade Social | Segurança Social e Saúde |

Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Microsoft Excel - elaboração própria

Apêndice 2 - Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Autónoma da Madeira (Apresentam sítio institucional eletrónico?, Apresentam o seu Relatório de Contas? e Que tipo de contas apresentam?)

| Denominação | Apresentam sítio institucional eletrónico? | Publicam o seu Relatório de Contas? | Que tipo de contas apresentam? |
|--|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| <i>Abrigo Infantil Nossa Senhora da Conceição</i> | Não | Não | Não |
| <i>Abrigo Infantil Nossa Senhora de Fátima</i> | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| <i>Assistência social adventista (ASA) - LAPI</i> | Sim | Não | Não |
| <i>Associação ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH / SIDA</i> | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| <i>Associação Antialcoólica da Madeira</i> | Sim | Não | Não |
| <i>Associação centro da mãe</i> | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| <i>Associação crescer sem risco</i> | Sim | Sim | Relatório de Contas |

| Denominação | Apresentam sítio institucional eletrónico? | Publicam o seu Relatório de Contas? | Que tipo de contas apresentam? |
|--|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| Associação de Apoio à Distribuição Alimentar na RAM - Mão Solidária | Sim | Não | Não |
| Associação de Apoio Social - Gálatas | Sim | Não | Não |
| Associação de Dadores de Sangue da RAM - ADSRAM | Não | Não | Não |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário Câmara de Lobos Viva | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação de desenvolvimento da costa norte – ADENORMA | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava – ADBRAVA | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação de desenvolvimento comunitário do Funchal (ADCF) - Garouta do Calhau | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação de Desenvolvimento Social e Cultural da Camacha – ADESCA | Não | Não | Não |

| Denominação | Apresentam sítio institucional eletrónico? | Publicam o seu Relatório de Contas? | Que tipo de contas apresentam? |
|--|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| Associação de familiares e amigos do doente mental da RAM – AFARAM | Sim | Não | Não |
| Associação de Familiares e Amigos dos doentes da casa de saúde Câmara Pestana – ANCORA | Sim | Não | Não |
| Associação de Familiares e Amigos dos Utentes da Casa de Saúde São João de Deus - Entre Laços | Não | Não | Não |
| Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro - Acreditar | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação de paralisia cerebral da Madeira – APCM | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro | Sim | Não | Não |
| Associação de Solidariedade Social - Monte de Amigos | Não | Não | Não |
| Associação de Solidariedade Social dos Professores - Casa dos Professores | Sim | Não | Não |

| Denominação | Apresentam sítio institucional eletrónico? | Publicam o seu Relatório de Contas? | Que tipo de contas apresentam? |
|--|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| Associação de Solidariedade Social para o Desenvolvimento e Apoio a Crianças e Jovens - CRIAMAR | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação de Solidariedade Social Pérola | Sim | Não | Não |
| Associação de Surdos, Pais, Familiares e Amigos da Madeira - ASPFAM | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação dos Amigos da Arte Inclusiva - Dançando com a Diferença | Sim | Não | Não |
| Associação Internacional de caridade – Madeira | Não | Não | Não |
| Associação Olho-te | Sim | Não | Não |
| Associação para a promoção da Cidadania - Causa Social | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson | Sim | Sim | Relatório de Contas |

| Denominação | Apresentam sítio institucional eletrónico? | Publicam o seu Relatório de Contas? | Que tipo de contas apresentam? |
|---|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| Associação Portuguesa de Pessoas com Necessidades Especiais – Associação sem limites | Não | Não | Não |
| Associação Portuguesa para as perturbações do desenvolvimento e autismo da Madeira – APPDA Madeira | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação presença feminina - FEM | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação Protetora dos Pobres | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Associação Recreativa Africana | Não | Não | Não |
| Associação Santana cidade solidária | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Cáritas Diocesana do Funchal | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Casa do Povo da Ilha | Sim | Sim | Relatório de Contas |

| Denominação | Apresentam sítio institucional eletrónico? | Publicam o seu Relatório de Contas? | Que tipo de contas apresentam? |
|--|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| <i>Casa do Povo de São Martinho</i> | Sim | Não | Não |
| <i>Casa do Povo Arco de São Jorge</i> | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| <i>Casa do Povo do Curral das Freiras</i> | Não | Não | Não |
| <i>Casa do Voluntário</i> | Sim | Não | Não |
| <i>Casa Sagrada Família e Refúgio S. Vicente de Paulo</i> | Sim | Não | Não |
| <i>Centro Cultural e Desportivo Luís de Camões</i> | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| <i>Centro Cultural e Desportivo de São José</i> | Não | Não | Não |
| <i>Centro de Apoio ao Sem-Abrigo – CASA</i> | Sim | Não | Não |

| Denominação | Apresentam sítio institucional eletrónico? | Publicam o seu Relatório de Contas? | Que tipo de contas apresentam? |
|---|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| <i>Centro Social e Paroquial da Encarnação</i> | Sim | Não | Não |
| <i>Centro Social e Paroquial da Graça</i> | Não | Não | Não |
| <i>Centro Social e Paroquial da Sagrada Família</i> | Não | Não | Não |
| <i>Centro Social e Paroquial da Santíssima Trindade da Tabua</i> | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| <i>Centro Social e Paroquial de Santa Cecília</i> | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| <i>Centro Social e Paroquial de Santo António</i> | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| <i>Centro Social e Paroquial de São Bento da Rib. Brava</i> | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| <i>Centro Social e Paroquial do Bom Jesus da Ponta Delgada</i> | Não | Não | Não |

| Denominação | Apresentam sítio institucional eletrónico? | Publicam o seu Relatório de Contas? | Que tipo de contas apresentam? |
|--|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| Centro Social e Paroquial do Carmo | Sim | Não | Não |
| Delegação da Madeira da Associação Alzheimer Portugal | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro | Sim | Não | Não |
| Santa Casa da Misericórdia da Calheta | Sim | Não | Não |
| Santa Casa da Misericórdia de Machico | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz | Sim | Não | Não |
| Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Regional | Sim | Não | Não |
| Santa Casa da Misericórdia do Funchal | Sim | Sim | Relatório de Contas |

| Denominação | Apresentam sítio institucional eletrónico? | Publicam o seu Relatório de Contas? | Que tipo de contas apresentam? |
|---|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| Associação de desenvolvimento de Santo António - ASA | Não | Não | Não |
| Associação Atalaia Living Care | Sim | Não | Não |
| Associação Onda Solidária | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Fundação Aldeia da Paz | Sim | Não | Não |
| Fundação Mary Jane Wilson | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Fundação Mário Miguel | Sim | Não | Não |
| Fundação João Pereira | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Fundação Nossa Senhora da Piedade | Sim | Sim | Relatório de Contas |

| Denominação | Apresentam sítio institucional eletrónico? | Publicam o seu Relatório de Contas? | Que tipo de contas apresentam? |
|---|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| Fundação Patronato São Filipe | Sim | Sim | Relatório de Contas |
| Fundação Santa Luísa de Marillac | Não | Não | Não |
| Associação de Inclusão Social - Os Especiais | Não | Não | Não |
| Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira | Não | Não | Não |
| Fundação José Berardo | Não | Não | Não |
| Fundação Cecília Zino | Sim | Não | Não |
| Fundação Hospício Princesa D. Maria Amélia | Não | Não | Não |
| Fundação Dona Jacinta de Ornelas Pereira | Não | Não | Não |

| Denominação | Apresentam sítio institucional eletrónico? | Publicam o seu Relatório de Contas? | Que tipo de contas apresentam? |
|--|--|-------------------------------------|--------------------------------|
| <i>Centro Social e Paroquial das Preces</i> | Não | Não | Não |
| <i>Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria</i> | Não | Não | Não |
| <i>Centro Social, Cultural e Paroquial de São Vicente</i> | Não | Não | Não |
| <i>Associação de Desenvolvimento e Comunitário do Monte - ADECOM</i> | Não | Não | Não |
| <i>Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina</i> | Sim | Não | Não |
| <i>União das IPSS da Madeira</i> | Não | Não | Não |

Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Microsoft Excel - elaboração própria

Apêndice 3 - Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Autónoma da Madeira (Nº de anos que apresentam as contas, Total do fundo próprio, Total de Ativo e Tipo de normativo contabilístico)

| Denominação | Nº de anos que apresentam as contas | Total de fundo próprio | Total de Ativo | Tipo de normativo contabilístico |
|--|-------------------------------------|------------------------|----------------------|----------------------------------|
| <i>Abrigo Infantil Nossa Senhora da Conceição</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Abrigo Infantil Nossa Senhora de Fátima</i> | 2 | 40 562,90 € | 1 674 341,25 € | SNC - NCRF SNL |
| <i>Assistência social adventista (ASA) - LAPI</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Associação ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH / SIDA</i> | 2 | Incluído no Nacional | Incluído no Nacional | SNC - NCRF SNL |
| <i>Associação Antialcoólica da Madeira</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Associação centro da mãe</i> | 1 | 1 200,00 € | 536 189,70 € | SNC - NCRF SNL |
| <i>Associação crescer sem risco</i> | 1 | 0,00 € | 19 874,77 € | SNC - NCRF SNL |

| Denominação | Nº de anos que apresentam as contas | Total de fundo próprio | Total de Ativo | Tipo de normativo contabilístico |
|--|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------------------|
| Associação de Apoio à Distribuição Alimentar na RAM - Mão Solidária | Não | Não | Não | Não |
| Associação de Apoio Social - Gálatas | Não | Não | Não | Não |
| Associação de Dadores de Sangue da RAM - ADSRAM | Não | Não | Não | Não |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário Câmara de Lobos Viva | 2 | 0,00 € | 13 414,41 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação de desenvolvimento da costa norte – ADENORMA | 1 | 0,00 € | 540 428,52 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava – ADBRAVA | 3 | 0,00 € | 78 324,96 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação de desenvolvimento comunitário do Funchal (ADCF) - Garouta do Calhau | 1 | 0,00 € | 181 573,63 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação de Desenvolvimento Social e Cultural da Camacha – ADESCA | Não | Não | Não | Não |

| Denominação | Nº de anos que apresentam as contas | Total de fundo próprio | Total de Ativo | Tipo de normativo contabilístico |
|--|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------------------|
| Associação de familiares e amigos do doente mental da RAM – AFARAM | Não | Não | Não | Não |
| Associação de Familiares e Amigos dos doentes da casa de saúde Câmara Pestana – ANCORA | Não | Não | Não | Não |
| Associação de Familiares e Amigos dos Utentes da Casa de Saúde São João de Deus - Entre Laços | Não | Não | Não | Não |
| Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro - Acreditar | 5 | 125 667,32 € | 7 224 058,65 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação de paralisia cerebral da Madeira – APCM | 1 | 0,00 € | 5 068 143,29 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro | Não | Não | Não | Não |
| Associação de Solidariedade Social - Monte de Amigos | Não | Não | Não | Não |
| Associação de Solidariedade Social dos Professores - Casa dos Professores | Não | Não | Não | Não |

| Denominação | Nº de anos que apresentam as contas | Total de fundo próprio | Total de Ativo | Tipo de normativo contabilístico |
|--|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------------------|
| Associação de Solidariedade Social para o Desenvolvimento e Apoio a Crianças e Jovens - CRIAMAR | 3 | 1 050,00 € | 85 149,00 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação de Solidariedade Social Pérola | Não | Não | Não | Não |
| Associação de Surdos, Pais, Familiares e Amigos da Madeira - ASPFAM | 2 | 0,00 € | 57 061,99 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação dos Amigos da Arte Inclusiva - Dançando com a Diferença | Não | Não | Não | Não |
| Associação Internacional de caridade – Madeira | Não | Não | Não | Não |
| Associação Olho-te | Não | Não | Não | Não |
| Associação para a promoção da Cidadania - Causa Social | 3 | 760,00 € | 1 438 487,01 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson | 7 | 82 635,09 € | 142 994,05 € | SNC - NCRF SNL |

| Denominação | Nº de anos que apresentam as contas | Total de fundo próprio | Total de Ativo | Tipo de normativo contabilístico |
|---|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------------------|
| Associação Portuguesa de Pessoas com Necessidades Especiais – Associação sem limites | Não | Não | Não | Não |
| Associação Portuguesa para as perturbações do desenvolvimento e autismo da Madeira – APPDA Madeira | 3 | 2 109,86 € | 7 703,45 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação presença feminina - FEM | 2 | 0,00 € | 37 462,54 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação Protetora dos Pobres | 2 | 0,00 € | 703 741,50 € | SNC - NCRF SNL |
| Associação Recreativa Africana | Não | Não | Não | Não |
| Associação Santana cidade solidária | 2 | 0,00 € | 267 390,77 € | SNC - NCRF SNL |
| Cáritas Diocesana do Funchal | 2 | 62 655,92 € | 467 315,41 € | SNC - NCRF SNL |
| Casa do Povo da Ilha | 2 | 0,00 € | 68 003,14 € | SNC - NCRF SNL |

| Denominação | Nº de anos que apresentam as contas | Total de fundo próprio | Total de Ativo | Tipo de normativo contabilístico |
|--|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------------------|
| <i>Casa do Povo de São Martinho</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Casa do Povo Arco de São Jorge</i> | 3 | 0,00 € | 113 462,09 € | SNC - NCRF SNL |
| <i>Casa do Povo do Curral das Freiras</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Casa do Voluntário</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Casa Sagrada Família e Refúgio S. Vicente de Paulo</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Centro Cultural e Desportivo Luís de Camões</i> | 1 | 0,00 € | 192 772,47 € | SNC - NCRF SNL |
| <i>Centro Cultural e Desportivo de São José</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Centro de Apoio ao Sem-Abrigo – CASA</i> | Não | Não | Não | Não |

| Denominação | Nº de anos que apresentam as contas | Total de fundo próprio | Total de Ativo | Tipo de normativo contabilístico |
|--|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------------------|
| Centro Social e Paroquial da Encarnação | Não | Não | Não | Não |
| Centro Social e Paroquial da Graça | Não | Não | Não | Não |
| Centro Social e Paroquial da Sagrada Família | Não | Não | Não | Não |
| Centro Social e Paroquial da Santíssima Trindade da Tabua | 3 | 0,00 € | 4 054 599,77 € | SNC - NCRF SNL |
| Centro Social e Paroquial de Santa Cecília | 2 | 300 000,00 € | 951 920,14 € | SNC - NCRF SNL |
| Centro Social e Paroquial de Santo António | 2 | 47 703,35 € | 532 526,15 € | SNC - NCRF SNL |
| Centro Social e Paroquial de São Bento da Rib. Brava | 2 | 0,00 € | 2 737 328,49 € | SNC - NCRF SNL |
| Centro Social e Paroquial do Bom Jesus da Ponta Delgada | Não | Não | Não | Não |

| Denominação | Nº de anos que apresentam as contas | Total de fundo próprio | Total de Ativo | Tipo de normativo contabilístico |
|--|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------------------|
| Centro Social e Paroquial do Carmo | Não | Não | Não | Não |
| Delegação da Madeira da Associação Alzheimer Portugal | 6 | 183 972,94 € | 3 259 801,31 € | SNC - NCRF SNL |
| Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro | Não | Não | Não | Não |
| Santa Casa da Misericórdia da Calheta | Não | Não | Não | Não |
| Santa Casa da Misericórdia de Machico | 1 | 155 862,78 € | 2 701 070,59 € | SNC - NCRF SNL |
| Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz | Não | Não | Não | Não |
| Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Regional | Não | Não | Não | Não |
| Santa Casa da Misericórdia do Funchal | 3 | 0,00 € | 2 253 476,53 € | SNC - NCRF SNL |

| Denominação | Nº de anos que apresentam as contas | Total de fundo próprio | Total de Ativo | Tipo de normativo contabilístico |
|---|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------------------|
| Associação de desenvolvimento de Santo António - ASA | Não | Não | Não | Não |
| Associação Atalaia Living Care | Não | Não | Não | Não |
| Associação Onda Solidária | 2 | 0,00 € | 28 987,10 € | SNC - NCRF SNL |
| Fundação Aldeia da Paz | Não | Não | Não | Não |
| Fundação Mary Jane Wilson | 2 | 0,00 € | 429 084,26 € | SNC - NCRF SNL |
| Fundação Mário Miguel | Não | Não | Não | Não |
| Fundação João Pereira | 4 | 58 792,68 € | 43 039,35 € | SNC - NCRF SNL |
| Fundação Nossa Senhora da Piedade | 2 | 0,00 € | 2 314 662,47 € | SNC - NCRF SNL |

| Denominação | Nº de anos que apresentam as contas | Total de fundo próprio | Total de Ativo | Tipo de normativo contabilístico |
|---|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------------------|
| Fundação Patronato São Filipe | 1 | 0,00 € | 3 047 871,39 € | SNC - NCRF SNL |
| Fundação Santa Luísa de Marillac | Não | Não | Não | Não |
| Associação de Inclusão Social - Os Especiais | Não | Não | Não | Não |
| Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira | Não | Não | Não | Não |
| Fundação José Berardo | Não | Não | Não | Não |
| Fundação Cecília Zino | Não | Não | Não | Não |
| Fundação Hospício Princesa D. Maria Amélia | Não | Não | Não | Não |
| Fundação Dona Jacinta de Ornelas Pereira | Não | Não | Não | Não |

| Denominação | Nº de anos que apresentam as contas | Total de fundo próprio | Total de Ativo | Tipo de normativo contabilístico |
|--|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------------------|
| <i>Centro Social e Paroquial das Preces</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Centro Social, Cultural e Paroquial de São Vicente</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Associação de Desenvolvimento e Comunitário do Monte - ADECOM</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina</i> | Não | Não | Não | Não |
| <i>União das IPSS da Madeira</i> | Não | Não | Não | Não |

Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Microsoft Excel - elaboração própria

Apêndice 4 - Lista de Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Autónoma da Madeira (Nº de trabalhadores, Nº de Voluntários e Nº de Utentes)

| Denominação | Nº de Trabalhadores | Nº de Voluntariados | Nº de Utentes |
|---|---------------------|---------------------|---------------|
| <i>Abrigo Infantil Nossa Senhora da Conceição</i> | 30 | 1 | 40 |
| <i>Abrigo Infantil Nossa Senhora de Fátima</i> | 25 | 0 | 15 |
| <i>Assistência social adventista (ASA) - LAPI</i> | 17 | 0 | 46 |
| <i>Associação ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH / SIDA</i> | 12 | 35 | 171 |
| <i>Associação Antialcoólica da Madeira</i> | Não | Não | Não |
| <i>Associação centro da mãe</i> | 9 | 3 | 208 |
| <i>Associação crescer sem risco</i> | 5 | 7 | 60 |

| Denominação | Nº de Trabalhadores | Nº de Voluntariados | Nº de Utentes |
|--|---------------------|---------------------|---------------|
| Associação de Apoio à Distribuição Alimentar na RAM - Mão Solidária | 6 | 1000 | 9000 |
| Associação de Apoio Social - Gálatas | 9 | 0 | 0 |
| Associação de Dadores de Sangue da RAM - ADSRAM | Não | Não | Não |
| Associação de Desenvolvimento Comunitário Câmara de Lobos Viva | 3 | 3 | 20 |
| Associação de desenvolvimento da costa norte – ADENORMA | Não | Não | Não |
| Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava – ADBRAVA | Não | Não | Não |
| Associação de desenvolvimento comunitário do Funchal (ADCF) - Garouta do Calhau | 40 | 10 | 260 |
| Associação de Desenvolvimento Social e Cultural da Camacha – ADESCA | 0 | 15 | 100 |

| Denominação | Nº de Trabalhadores | Nº de Voluntariados | Nº de Utentes |
|--|---------------------|---------------------|---------------|
| Associação de familiares e amigos do doente mental da RAM – AFARAM | 5 | 3 | 29 |
| Associação de Familiares e Amigos dos doentes da casa de saúde Câmara Pestana – ANCORA | Não | Não | Não |
| Associação de Familiares e Amigos dos Utentes da Casa de Saúde São João de Deus - Entre Laços | Não | Não | Não |
| Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro - Acreditar | 2 | 27 | 122 |
| Associação de paralisia cerebral da Madeira – APCM | 80 | 5 | 89 |
| Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro | 5 | 21 | 1945 |
| Associação de Solidariedade Social - Monte de Amigos | 1 | 2 | 120 |
| Associação de Solidariedade Social dos Professores - Casa dos Professores | 1 | 11 | 0 |

| Denominação | Nº de Trabalhadores | Nº de Voluntariados | Nº de Utentes |
|--|---------------------|---------------------|---------------|
| <i>Associação de Solidariedade Social para o Desenvolvimento e Apoio a Crianças e Jovens - CRIAMAR</i> | 9 | 10 | 1200 |
| <i>Associação de Solidariedade Social Pérola</i> | 0 | 70 | 376 |
| <i>Associação de Surdos, Pais, Familiares e Amigos da Madeira - ASPFAM</i> | 5 | 5 | 320 |
| <i>Associação dos Amigos da Arte Inclusiva - Dançando com a Diferença</i> | 7 | 0 | 53 |
| <i>Associação Internacional de caridade – Madeira</i> | Não | Não | Não |
| <i>Associação Olho-te</i> | 1 | 12 | 30 |
| <i>Associação para a promoção da Cidadania - Causa Social</i> | 151 | 4 | 533 |
| <i>Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson</i> | 1 | 30 | 920 |

| Denominação | Nº de Trabalhadores | Nº de Voluntariados | Nº de Utentes |
|---|---------------------|---------------------|---------------|
| <i>Associação Portuguesa de Pessoas com Necessidades Especiais – Associação sem limites</i> | 2 | 4 | 58 |
| <i>Associação Portuguesa para as perturbações do desenvolvimento e autismo da Madeira – APPDA Madeira</i> | 7 | 0 | 75 |
| <i>Associação presença feminina - FEM</i> | 15 | 0 | 115 |
| <i>Associação Protetora dos Pobres</i> | Não | Não | Não |
| <i>Associação Recreativa Africana</i> | Não | Não | Não |
| <i>Associação Santana cidade solidária</i> | Não | Não | Não |
| <i>Cáritas Diocesana do Funchal</i> | 5 | 0 | 0 |
| <i>Casa do Povo da Ilha</i> | 4 | 9 | 21 |

| Denominação | Nº de Trabalhadores | Nº de Voluntariados | Nº de Utentes |
|--|---------------------|---------------------|---------------|
| <i>Casa do Povo de São Martinho</i> | Não | Não | Não |
| <i>Casa do Povo Arco de São Jorge</i> | Não | Não | Não |
| <i>Casa do Povo do Curral das Freiras</i> | 8 | 10 | 255 |
| <i>Casa do Voluntário</i> | Não | Não | Não |
| <i>Casa Sagrada Família e Refúgio S. Vicente de Paulo</i> | 55 | 6 | 85 |
| <i>Centro Cultural e Desportivo Luís de Camões</i> | 8 | 20 | 492 |
| <i>Centro Cultural e Desportivo de São José</i> | 4 | 3 | 40 |
| <i>Centro de Apoio ao Sem-Abrigo – CASA</i> | 5 | 325 | 1385 |

| Denominação | Nº de Trabalhadores | Nº de Voluntariados | Nº de Utentes |
|---|---------------------|---------------------|---------------|
| <i>Centro Social e Paroquial da Encarnação</i> | 5 | 2 | 75 |
| <i>Centro Social e Paroquial da Graça</i> | 30 | 15 | 132 |
| <i>Centro Social e Paroquial da Sagrada Família</i> | Não | Não | Não |
| <i>Centro Social e Paroquial da Santíssima Trindade da Tabua</i> | 60 | 2 | 66 |
| <i>Centro Social e Paroquial de Santa Cecília</i> | 48 | 9 | 270 |
| <i>Centro Social e Paroquial de Santo António</i> | 153 | 0 | 77 |
| <i>Centro Social e Paroquial de São Bento da Rib. Brava</i> | Não | Não | Não |
| <i>Centro Social e Paroquial do Bom Jesus da Ponta Delgada</i> | Não | Não | Não |

| Denominação | Nº de Trabalhadores | Nº de Voluntariados | Nº de Utentes |
|--|---------------------|---------------------|---------------|
| Centro Social e Paroquial do Carmo | 5 | 7 | 60 |
| Delegação da Madeira da Associação Alzheimer Portugal | 0 | 0 | 0 |
| Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro | 10 | 388 | 2000 |
| Santa Casa da Misericórdia da Calheta | 123 | 19 | 214 |
| Santa Casa da Misericórdia de Machico | 117 | 20 | 100 |
| Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz | Não | Não | Não |
| Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação Regional | 65 | 155 | 800 |
| Santa Casa da Misericórdia do Funchal | 58 | 1 | 140 |

| Denominação | Nº de Trabalhadores | Nº de Voluntariados | Nº de Utentes |
|---|---------------------|---------------------|---------------|
| Associação de desenvolvimento de Santo António - ASA | 3 | 5 | 74 |
| Associação Atalaia Living Care | 117 | 0 | 211 |
| Associação Onda Solidária | Não | Não | Não |
| Fundação Aldeia da Paz | Não | Não | Não |
| Fundação Mary Jane Wilson | Não | Não | Não |
| Fundação Mário Miguel | 36 | 0 | 42 |
| Fundação João Pereira | Não | Não | Não |
| Fundação Nossa Senhora da Piedade | 26 | 0 | 29 |

| Denominação | Nº de Trabalhadores | Nº de Voluntariados | Nº de Utentes |
|---|---------------------|---------------------|---------------|
| <i>Fundação Patronato São Filipe</i> | Não | Não | Não |
| <i>Fundação Santa Luísa de Marillac</i> | Não | Não | Não |
| <i>Associação de Inclusão Social - Os Especiais</i> | Não | Não | Não |
| <i>Recolhimento do Bom Jesus da Ribeira</i> | Não | Não | Não |
| <i>Fundação José Berardo</i> | Não | Não | Não |
| <i>Fundação Cecília Zino</i> | 28 | 4 | 15 |
| <i>Fundação Hospício Princesa D. Maria Amélia</i> | Não | Não | Não |
| <i>Fundação Dona Jacinta de Ornelas Pereira</i> | 45 | 0 | 180 |

| Denominação | Nº de Trabalhadores | Nº de Voluntariados | Nº de Utentes |
|---|---------------------|---------------------|---------------|
| <i>Centro Social e Paroquial das Preces</i> | Não | Não | Não |
| <i>Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria</i> | Não | Não | Não |
| <i>Centro Social, Cultural e Paroquial de São Vicente</i> | 4 | 0 | 33 |
| <i>Associação de Desenvolvimento e Comunitário do Monte - ADECOM</i> | Não | Não | Não |
| <i>Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina</i> | Não | Não | Não |
| <i>União das IPSS da Madeira</i> | Não | Não | Não |

Fonte: Dados à data de 7 de setembro de 2018. Microsoft Excel - elaboração própria